



# criadores de **tsurusu**

Na tradição japonesa, a delicada arte de criar cegonhas de papel está associada ao processo de cura. Por isso, esse origami está presente no dia a dia de trabalho dos(as) profissionais do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas do Embu. Nesta edição, um olhar sobre esse trabalho.



**EDITORIAL | FAZENDO ACONTECER**

As experiências dos(as) Psicólogos(as), atuando em diferentes contextos e compartilhando seus fazeres, princípios de ação são destacados no Editorial, assim como as comemorações do Dia do(a) Psicólogo(a).

03

**CAPA | CRIADORES DE TSURUS**

Acompanhe um dia de trabalho da psicóloga Priscilla Sartorelli Fernandes Pontes no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) do Embu, onde uma equipe multiprofissional atende dependentes químicos com uma proposta que respeita direitos.

04

**FORMAÇÃO | OS NOVOS DESAFIOS DA ABEP**

Eleições e Diretrizes curriculares marcaram o VIII Encontro Nacional da entidade.

08

**CONVERSANDO COM O PSICÓLOGO | SUICÍDIO: DE QUEM É O PROBLEMA?**

Embora reduzido em comparação com o restante do mundo, número de suicídios cresce no Brasil e levanta questões sobre como poderia ser uma política pública para a área.

10

**INSTITUCIONAL | O PAPEL DA CAPL**

Quais os objetivos e como se dá a atuação da Comissão de Acompanhamento dos Processos Legislativos do CRP SP.

14

**NUESTRA AMERICA LATINA | EVENTO APROXIMA BRASIL E PERU**

Psicólogos(as) do Brasil e do Peru compartilharam experiências durante o I Encontro Brasileiro e Peruano de Psicologia.

15

**CIÊNCIA E PROFISSÃO | UM SALTO DE QUALIDADE**

A realização de grandes eventos esportivos no Brasil deixa clara a necessidade de se aprimorar políticas públicas na área do Esporte, tendo a Psicologia como um elemento essencial e integrado.

16

**PROCESSOS ÉTICOS | COMPARAÇÃO DE LAUDOS DE DIFERENTES PROFISSIONAIS E MÉTODO RORSCHACH**

19

**POLÍTICAS PÚBLICAS | OS PSICÓLOGOS NA DEFENSORIA PÚBLICA**

Desde abril de 2010 a Defensoria Pública do Estado de São Paulo conta em seus quadros com a presença de 30 psicólogos(as), atuando como agentes de defensoria pública nos Centros de Atenção Multidisciplinar (CAM). Saiba como funciona e de que maneira eles contribuem para um processo de transformação social.

20

**ORIENTAÇÃO | TEMPO DE ATENDIMENTO**

O CRP SP esclarece dúvidas sobre o tempo mínimo para uma sessão de atendimento.

25

**MEDICALIZAÇÃO | SEMINÁRIO AMPLIA ARTICULAÇÃO**

O II Seminário Internacional A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos reunirá profissionais de vários países preocupados(as) com o avanço e os prejuízos provocados pela medicalização.

25

**DIA DO(A) PSICÓLOGO(A) | UM SHOW DE ATRAÇÕES**

Música, poesia, fotografia e uma ampla variedade de manifestações artísticas marcaram as comemorações do Dia do Psicólogo deste ano em todo o estado de São Paulo.

26

**ESTANTE | O Livro Negro da Psicopatologia Contemporânea, organizado por Alfredo Jerusalinsky e Sílvia Fendrik, é um dos destaques da seção.**

28

**MURAL | A realização de inspeções em comunidades terapêuticas em 22 estados brasileiros, sob a coordenação do Conselho Federal de Psicologia é um dos assuntos abordados.**

29



**Conselho Regional de Psicologia SP**

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

**Diretoria**

Presidente | Carla Biancha Angelucci  
Vice-presidente | Maria de Fátima Nassif  
Secretária | Mariângela Aoki  
Tesoureira | Gabriela Gramkow

**Conselheiros efetivos**

Ana Ferri de Barros, Carla Biancha Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Fabio Souza Santos, Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Câmara, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Leandro Gabarra, Maria de Fátima Nassif, Maria Orlene Daré, Mariângela Aoki, Patrícia Unger Raphael Bataglia, Teresa Cristina Lara de Moraes

**Conselheiros suplentes**

Alacir Villa Valle Cruces, Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, José Ricardo Portela, Lilihan Martins da Silva, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Luiz Tadeu Pessutto, Marília Capponi, Marly Fernandes dos Santos, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Roberta Freitas Lemos, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini, Teresa Cristina Endo

**Comissão de Comunicação**

**Coordenadora** Maria de Fátima Nassif  
**Gerente-geral** Diógenes Pepe  
**Coordenadora de Comunicação** Cristiane Gomes

**Realização** Ziroldo Carolino Comunicação  
(11) 2579-5079 | (11) 2579-5089

**Jornalista Responsável** Carlos Carolino (MTb 13.559)  
**Arte** Ligia Minami e Graziela Pinheiro  
**Revisão** Célia Genovez

**Impressão:** Esdeva Empresa Gráfica  
**Tiragem** 75.000 exemplares

**Periodicidade** bimestral

**Sede CRP SP**

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
cep 05410-020 São Paulo SP  
tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

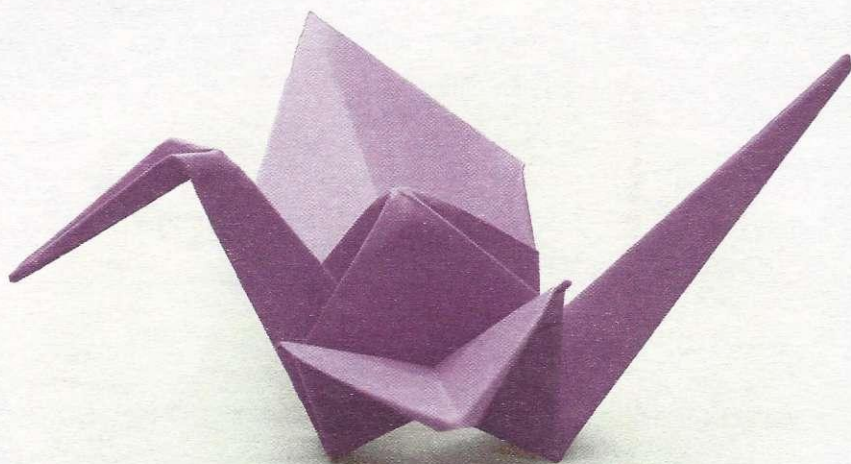
**E-mails**

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br  
Diretoria | direcao@crpsp.org.br  
Informações | info@crpsp.org.br  
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br  
Administração | admin@crpsp.org.br  
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br  
Anúncios e Livros | info@crpsp.org.br  
Site | http://www.crpsp.org.br

**Subsedes CRP SP**

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932  
Baixada Santista e Vale do Ribeira  
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441  
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020  
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516  
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847  
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658  
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047  
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370  
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315





# FAZENDO acontecer

A gestão 2010-2013 acaba de completar um ano. Nada melhor que as atividades do Dia do(a) Psicólogo(a) para comemorar este primeiro ciclo. A opção por dar visibilidade aos fazeres de psicólogos(as) fora de seu campo específico de atuação teve como principal objetivo criar uma oportunidade de encontro a partir das manifestações culturais. Nesse clima, destacamos o fato de que a construção de um olhar que considera a complexidade humana passa, necessariamente, pelo cuidado com uma formação contínua e integral, sem reducionismos ou generalismos que nos retirem a capacidade de compreender homens e mulheres a partir de suas crenças e valores, de suas formas de organização e expressão, de suas estéticas. Os motivos para a comemoração do 27 de agosto foram muitos: fica cada vez mais evidente a potência de contribuição da nossa profissão nos diferentes contextos de atenção à população, como a Saúde, a Assistência, a Justiça e a Educação, entre outros. Também merece celebração nossa capacidade de mobilização frente às situações de precarização de nossas atividades e às tentativas de submissão da Psicologia à mera auxiliar de outras ciências e/ou saberes.

Nesta edição trazemos experiências significativas de psicólogos(as) em diferentes contextos, compartilhando seus fazeres, seus princípios de ação e as discussões que têm feito sobre os limites e possibilidades de nossa profissão. Neste momento político, acirra-se o debate sobre a política de álcool e outras drogas no Brasil, com a predominância de propostas de destituição de direitos tais como a internação compulsória, e, muitas vezes, os(as) usuários(as) são entendidos(as) como incapazes ou criminosos(as). Por isso mesmo, o CRP SP vê como estratégico mostrar um equipamento essencial da rede substitutiva em ação: convidamos o(a) leitor(a) a acompanhar o dia a dia em um CAPS AD, o que

possibilita, a um só tempo, discutir outra política de álcool e drogas e também destacar a efetivação dos compromissos da Psicologia no cotidiano de trabalho.

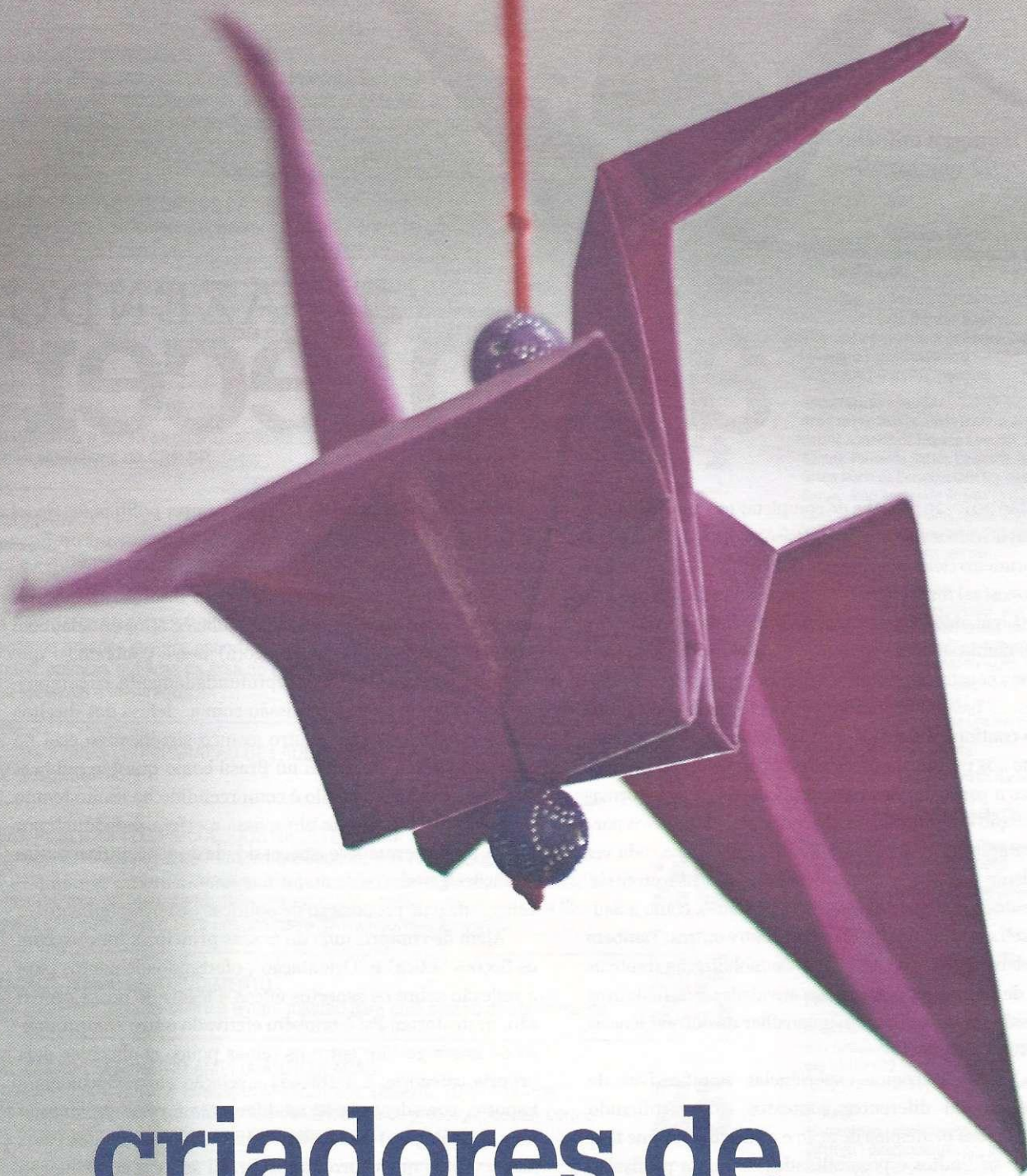
Para debater os avanços da nossa inserção diante das questões públicas, a Defensoria Pública é apresentada, bem como a atuação do(a) psicólogo(a) nesse contexto, o que permite discutirmos mais aprofundadamente o compromisso de fato de nossa profissão com a defesa dos direitos humanos de todos(as). Outro avanço significativo está na discussão sobre o suicídio no Brasil como questão pública; se, por um lado, o suicídio é compreendido há muito tempo como um problema que ultrapassa a esfera individual, por outro, ainda permanece a necessidade de sistematização das situações geradoras de maior tensionamento na contemporaneidade e de proposição de políticas de enfrentamento.

Além de cumprir uma de nossas principais funções com as Seções “Ética” e “Orientação”, ofertando elementos para a reflexão sobre os aspectos éticos e legais de nossa profissão, neste Jornal Psi é também efetivado outro compromisso de nossa gestão: entre os temas pouco conhecidos pela própria categoria, é destacada a relação entre Psicologia e Esporte, considerando-se as diferentes formas de atuação do(a) psicólogo(a) e as recentes discussões suscitadas pelos megaeventos que ocorrerão no Brasil sobre a contribuição da Psicologia para o Esporte.

Por fim, convidamos todos(as) a participarem das atividades a serem realizadas entre os meses de outubro, novembro e dezembro deste ano, para que possamos continuar a construir conjuntamente uma profissão que respeite a pluralidade de seu próprio campo e, ao mesmo tempo, esteja unificada pelo compromisso com a garantia de direitos e com a oferta de serviços de qualidade a toda a população.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO  
Gestão 2010 – 2013





# criadores de **tsurus**



Acompanhe um dia de trabalho da psicóloga Priscila Sartorelli Fernandes Pontes no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) do Embu, onde uma equipe multiprofissional atende usuários(as) com uma proposta que respeita direitos.

**n**a quarta-feira, 17 de agosto, a psicóloga Priscila Pontes, 27, chegou ao Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS AD) do Embu das Artes por volta do meio dia. É o único dia da semana em que trabalha no período da tarde. Nos demais, salvo alguma situação imprevista, seu período de atendimento acontece pela manhã. Numa sala de reunião onde se destacam desenhos, pinturas e dobraduras – entre elas, diversos *tsurus*, o pássaro que, para os(as) japoneses(as), está associado à saúde e à felicidade –, ela conta que atua, aqui, há um ano e três meses.

O tempo pode ser curto, mas Priscila já tem uma certa estrada. Há cinco anos – e antes mesmo de se formar pelo Mackenzie, em São Paulo –, ela desenvolve atividades em projetos sociais. O estágio realizado no Instituto Ayrton Senna, entre 2006 e 2007, quando atuou com jovens no projeto Esporte e Talento, foi um deles. O trabalho num Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), em Arujá, foi outro. Experiências importantes, que, juntamente com a formação em Teatro, a ajudam a trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade.

O CAPS AD do Embu opera das 7 às 18 horas (não é 24 horas, como os do tipo III). A entrada é por um largo portão na Rua Siqueira Campos, bem no centro da cidade e a poucos metros dos restaurantes, barracas de artesanato e lojas de decoração que deram fama à cidade. De fato, ocupa uma espécie de anexo nos fundos de uma grande casa onde funciona um CAPS II, para os que sofrem com transtornos mentais.

A estrutura física é modesta. A parte administrativa, o refeitório, a farmácia, o ambulatório e as salas de atendimento se acomodam nos poucos espaços existentes. Uma grande área vazia – o que seria o quintal da casa – serve de estacionamento ou é usada para atividades do CAPS AD. Uma das mais recentes foi a realização de um festival de *hip-hop*, no dia 23 de julho, com direito a diversas oficinas artísticas. Os caprichados grafites pintados na parte interna do muro foram conservados. Pode-se dizer que deixam o ambiente menos sisudo.

O perfil das pessoas que chegam ao CAPS AD do Embu das Artes é variado: vai do jovem que vive na rua a maior parte do tempo ao homem mais velho, que rompeu seus laços com a família e se tornou usuário(a) de álcool. O número de pessoas atendidas varia ao longo do tempo. No momento, há cerca de 150 cadastros ativos. Para atender a essa demanda há uma equipe técnica composta por 12 profissionais: duas psicólogas, uma terapeuta ocupacional, um psiquiatra, um clínico geral, uma assistente social, duas enfermeiras e quatro auxiliares de enfermagem.

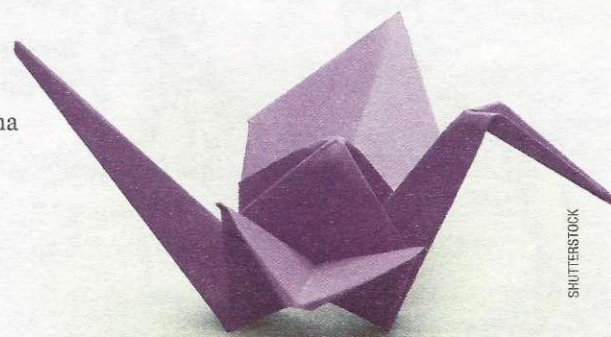
A proposta da instituição é trabalhar na perspectiva da redução de danos – que, entre outros aspectos, não exige a abstinência como pré-condição para o atendimento. “Na verdade”, diz Priscila, “a droga ou o álcool são o último aspecto no qual a equipe foca o seu trabalho. Nós entendemos que ela é consequência de uma vulnerabilidade que precisa ser identificada e abordada para que haja alguma perspectiva de recuperação”.

Em geral, o trabalho começa buscando despertar uma postura crítica com relação às drogas. “Uma vez que a pessoa demonstre interesse em parar, nós procuramos dar apoio para que ela aprenda a lidar com situações concretas. Por exemplo, dispor de algumas estratégias para dizer ‘não’ quando alguém oferece”. O trabalho segue na linha do fortalecimento e da valorização pessoal.

O funcionamento do CAPS AD do Embu das Artes segue um padrão comum a outros equipamentos similares. Depois das etapas de acolhimento e triagem, a equipe técnica – atuando em um modelo multiprofissional, no qual se busca o compartilhamento de conhecimentos de cada profissional – define um projeto terapêutico individual. O trabalho inclui a realização de ações de apoio – como, por exemplo, a obtenção de documentos – com o objetivo de organizar minimamente a vida da pessoa. Além dos (as) usuários(as), o centro também atende familiares e promove reuniões semanais visando o apoio mútuo entre os participantes e o fortalecimento de uma rede de sustentação aos usuários(as).



Ao alto, a psicóloga Priscila Pontes numa das salas do CAPS AD no Embu; na sequência, os grafites no estacionamento da unidade, a casa que abriga o serviço e um conjunto de trabalhos dos(as) usuários(as). Atendimento desenvolvido com base na valorização dos(as) participantes.







FOTOS: LIGIA MINAMI

Avaliar o serviço e os resultados nesse campo é difícil. A prefeitura do Embu das Artes está desenvolvendo um sistema para o acompanhamento dos casos atendidos, o que deve facilitar a obtenção de dados e ajudar na definição de políticas locais de saúde. Quanto aos resultados, vale lembrar que as melhores propostas mundiais de tratamento ficam na casa dos 30% de sucesso. Não se espera, bem entendido, que esse indicador seja usado para mascarar deficiências no atendimento. Mas ele permite um ajuste de expectativas quanto aos resultados possíveis. De resto, há casos como o de M., adolescente que passou pela instituição e que hoje comanda uma ONG de skate ou da garota I., que atualmente estuda e trabalha com turismo. Um sinal de que, para algumas pessoas, o serviço tem feito diferença.

**NO MEIO DO “GLOBO”** – Nessa tarde de quarta, Priscila tem duas reuniões em sequência com dois grupos de jovens. O dia e o horário são diferenciados para assegurar um ambiente resguardado, sem a presença de usuários(as) adultos(as). Os(as) participantes são consumidores(as) de drogas – tipicamente crack, cocaína e maconha – e a maioria está procurando parar. Exceto aqueles(as) que cumprem medida socioeducativa na Fundação Casa – e que são levados(as) para o CAPS sob acompanhamento – os(as) demais comparecem às reuniões por vontade própria ou, no máximo, pela pressão de familiares.

Somos autorizados a acompanhar a conversa com o segundo grupo de jovens. Participam oito rapazes e uma moça, além da psicóloga Priscila Pontes e da terapeuta ocupacional, Priscila Mathews. Dois assuntos dominam as conversas na tarde de hoje. O primeiro, a participação num campeonato de futebol, basquete e frisbee previsto para acontecer em setembro, na USP, envolvendo outras instituições sociais.

A psicóloga explica como vai ser o evento e quer saber quem deseja participar. A adesão vem na forma de comentários animados. Alguns, que se encontram há mais tempo no CAPS, falam de evento semelhante ocorrido há algum tempo atrás. Priscila aproveita para explicar uma regra especial dessa competição: comportamento vai contar ponto. Se o time quiser fazer bonito, não vai poder ‘zoar’.

O segundo assunto é uma conversa sobre como as drogas agem no organismo – um pedido dos(as) participantes, feito em reuniões anteriores. Priscila trouxe uma série de reproduções com detalhes do cérebro ou esquemas do sistema nervoso. Elas servem de suporte para as suas explicações sobre o assunto. A linguagem é simples e direta. Não há, em qualquer momento,



qualquer tentativa de condenar o uso das drogas. Muito menos os(as) usuários(as). Não há, enfim, nenhum julgamento de ordem moral.

A participação é grande. Não, nem todos(as) estão interessados(as). Sim, fala-se muito e ao mesmo tempo. Há quem demonstre conhecimento dos mecanismos de atuação das drogas no organismo. Há também quem tenha dúvidas mais simples: “Onde ficam esses neurônios? No meio do globo?”, pergunta um deles. Com tranquilidade, a psicóloga vai respondendo perguntas ou estimulando a participação dos(as) mais silenciosos(as).

No meio da conversa, um dos participantes coloca uma situação pessoal. Um desentendimento com outro interno da Fundação Casa que não ficou nas palavras. Ele afirma que, mesmo que quisesse agir diferente, não teria escolha. Se deixasse passar batido, perderia o seu “brilho”. Outros(as) participantes que são ou foram internos(as) parecem concordar com ele. Priscila mostra tranquilidade. Diz ao rapaz que outras possibilidades talvez fossem melhores para ele, mas sugere retomar o assunto na sessão individual. As drogas voltam a ser o tema da reunião, que já vai chegando ao final.

O encontro de hoje reuniu participantes que já conheciam Priscila e se mostravam relativamente à vontade. No começo, entretanto, o jogo é mais duro. “Eles tentam entender quem é você, o que está fazendo ali e qual o seu interesse”, conta a psicóloga. A confiança tem de ser construída aos poucos. É difícil estabelecer uma relação minimamente livre, adulta e responsável quando se considera o universo repressivo no qual muitos(as) estão inseridos(as).

Um detalhe que expõe essa diferença é o tratamento dado a Priscila pelos jovens da Fundação Casa: “senhora”. A expressão, usada de forma mecânica e repetida (em geral fechando a maioria das frases – “cada um tem a sua brisa, senhora”), se transforma num bordão incapaz de portar qualquer sentimento genuíno de respeito (mesmo que ele possa existir). Priscila, ao que tudo indica, já absorveu o fato. Ela também tem o seu bordão. Sempre que faz uma afirmação, inclui um ‘certo’ no final. Certo?

**PÁSSAROS LIVRES** – Até que ponto estava preparada para o trabalho que desenvolve hoje? Era o que esperava? Priscila admite que é diferente do que imaginava. “Na verdade eu não sabia bem o que iria encontrar”, conta. A faculdade proporcionou uma visão geral sobre a área, mas nada que pudesse antecipar o que existe na realidade, avalia. “De qualquer forma, eu passei por um pro-

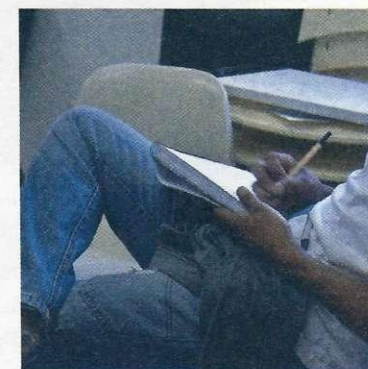
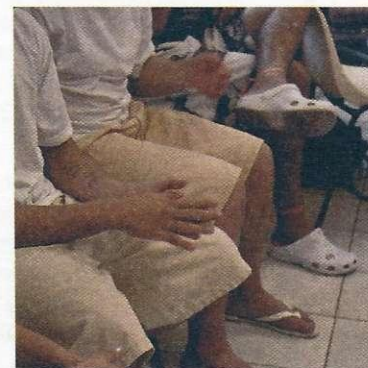
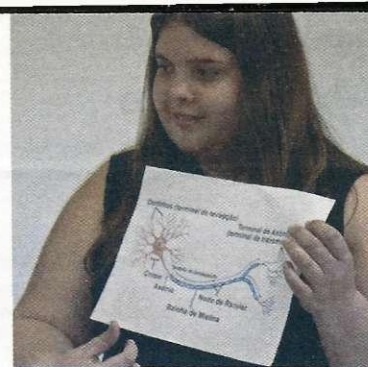
cesso de capacitação no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD) antes de começar o trabalho e, aqui, fui acompanhada por profissionais mais antigos, passando por todas as atividades”.

Reuniões de grupo, como as que acabaram de ocorrer nessa tarde, são apenas uma parte do projeto terapêutico, no qual também estão incluídas sessões individuais com os(as) participantes. A discussão de casos com a equipe do CAPS AD é feita uma vez por semana, durante duas horas. Além disso, uma vez por mês, ela e outros(as) técnicos(as) participam de supervisões clínico-institucionais, compartilhando o atendimento e discutindo os casos. O grupo de Liberdade Assistida, que se reúne no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), é um exemplo de trabalho em rede que os(as) profissionais CAPS AD fazem.

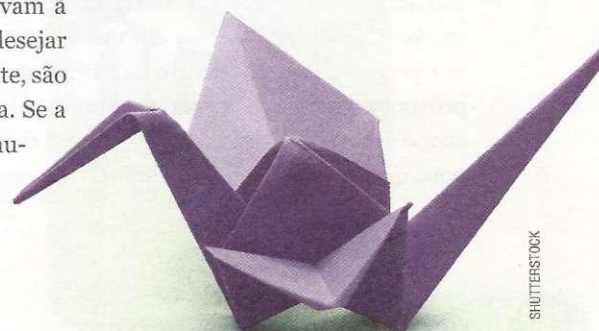
Priscila também se envolve na organização de eventos, como o festival de *hip-hop* e o torneio esportivo na USP. “Uma coisa que a gente faz nessas ocasiões é convidar grupos com interesses diversos, dando a oportunidade para que os(as) jovens daqui possam conviver com não usuários(as)”, relata. “São iniciativas que mostram a existência de outras possibilidades e escolhas”, diz.

Um dos jovens participantes da reunião nesta tarde de quarta-feira conversa conosco depois da atividade. Conta que utilizava *crack*, assaltou um transeunte em Taboão da Serra e que, até o dia anterior, estava na Fundação Casa. O que pretende fazer agora que fez 18 anos e está em liberdade? Trabalhar com texturização e pintura, atividade que aprendeu nas oficinas profissionalizantes. Um cunhado que faz esse tipo de serviço está se dispondo a ajudá-lo, diz. Quer também retomar os estudos.

O atendimento que recebe no CAPS AD do Embu fará diferença? Talvez sim, talvez não. Mas não há dúvida de que cria uma perspectiva sem a qual o futuro, dele e de outros usuários e usuárias, como M. e I., seria ainda mais sombrio. Priscila, assim como os(as) demais profissionais que ali atuam, pode colecionar esses casos como os *tsurus*, as cegonhas de origami que estão penduradas nas dependências do CAPS do Embu das Artes. Diz a lenda que eles levam à cura e à felicidade se a pessoa que o fizer desejar essas coisas ardentemente. Mas, importante, são precisos mil *tsurus* para que isso aconteça. Se a sociedade quer mais pássaros livres e saudáveis, precisa abrir portas para pessoas dedicadas a esse trabalho. ●



Na reunião com adolescentes, Priscila usa ilustração para explicar como as drogas agem no cérebro; participantes falam sobre suas experiências. Ao lado, jovem atendida no CAPS AD do Embu das Artes: em busca de perspectivas.





# ABEP

## os novos desafios

**a** Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) realizou, entre 7 e 10 de setembro, na Universidade Federal de Goiânia, o VIII Encontro Nacional da entidade. O evento contou com a presença de mais de 400 participantes, entre professores(as), pesquisadores(as), coordenadores(as) de cursos e estudantes de diferentes pontos do país. O objetivo foi discutir políticas e práticas relacionadas à formação e ao ensino da Psicologia, o que aconteceu sob a forma de conferências, mesas de debates, oficinas e pôsteres.

Durante o evento ocorreu a eleição da diretoria da ABEP para o Biênio 2011-2013. A vencedora foi a chapa única "Cuidar da Formação Prá Cuidar da Profissão", encabeçada por Angela Fátima Soligo, professora de Psicologia na Faculdade de Educação da Unicamp e que já atuava como coordenadora da Câmara de Ensino Médio da ABEP.

Para a nova presidenta, a formação é uma questão central para a construção de uma Psicologia que contribua para transformações individuais e sociais. "Não se pode conceber uma Psicologia fechada nos nichos das universidades", afirma. "Queremos uma Psicologia menos vinculada às estruturas de poder constituídas e mais comprometida com as necessidades da população; menos uma Psicologia que repara, conserta, e mais uma Psicologia que promove. É com esse objetivo em mente que nos propomos a atuar dentro da ABEP nos próximos dois anos" (veja propostas da chapa vencedora e os(as) integrantes da nova diretoria na página ao lado).

**LICENCIATURA** – Um dos assuntos de maior destaque no encontro da ABEP foi a adequação às Diretrizes Curriculares da Psicologia. Instituídas pelo Conselho Nacional da Educação em março deste ano, elas estabelecem a licenciatura como componente obrigatório dos cursos de graduação. O tema vem sendo debatido desde o VII Conpsi, ocorrido na Bahia este ano (veja no *Jornal PSI 169*), mas as dúvidas sobre as formas de implementação prosseguem. Tanto que a ABEP, em conjunto com os(as) coordenadores(as) de curso, prepara um evento específico sobre o tema, a ser realizado em março de 2012. O novo encontro deverá contar com a participação de representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A questão da licenciatura nos cursos de Psicologia foi abordada em diversos momentos ao longo do VIII Encontro. Trata-se de tópico de grande interesse para ABEP. Desde os anos 70, no currículo da ditadura, a Psicologia, assim como a Filosofia e a Sociologia, havia sido retirada do ensino médio. Com a retomada do processo de democratização do país e com a LDB DE 96, as ciências humanas voltaram a compor a formação dos jovens do ensino médio. Em vários estados, a Psicologia voltou a compor o currículo, como obrigatória ou eletiva, e mais recentemente os estados passaram, em sua maioria, a oferecer Sociologia e Filosofia, componentes obrigatórios no ensino médio. As Diretrizes para formação do Psicólogo de 2004, que tornaram optativa a oferta da licenciatura, e a ausência da Psicologia como matéria obrigatória no ensino médio fizeram com que instituições priva-

das considerassem se valeria a pena manter seus cursos de licenciatura em Psicologia.

Para Angela Soligo, que apresentou a conferência "Novas Diretrizes Curriculares da Licenciatura em Psicologia", esse quadro tende a ser superado: "Não existem dados precisos, mas estima-se que a Psicologia é ensinada em metade das 18 mil escolas de ensino técnico e profissionalizante existentes em todo o país. Isso significa que já existe uma demanda hoje e pode haver uma muito maior amanhã, se conseguirmos fazer com que a Psicologia volte a ocupar seu lugar no ensino médio", diz.

**SILVIA LANE** – No encerramento do VIII Encontro foi realizada a entrega do Prêmio Silvia Lane, que visa disseminar a produção do conhecimento e incentivar as pesquisas na área de Psicologia no Brasil. Na categoria Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o vencedor foi Diego Dias Barreense, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PE), que apresentou "Construindo um Projeto Terapêutico Singular: uma experiência de cuidado em Saúde Mental na Estratégia Saúde da Família em Juazeiro (BA)". Na categoria Relatório de Estágio, a vencedora foi Claudia de Oliveira Alves, da Unip (GO) em coautoria com Mayk Diego Gomes da Glória e Cristina Vianna Moreira Santos com o trabalho "Psicologia, Assistência Social e Políticas Públicas: Relato de uma Intervenção Psicossocial com Crianças e Adolescentes."

No evento também foi anunciado, para breve, o lançamento da Coleção ABEP Formação, em parceria com a Editora Casa do Psicólogo. O primeiro volume será *Psicologia e Educação*. ●

### AS PROPOSTAS DA CHAPA ELEITA

Em seu programa de campanha, a chapa da Profissão defendeu a linha de atuação da Psicologia nos últimos 15 anos, na construção de uma sociedade mais justa. No documento, a formação em Psicologia é o processo de construção de uma Psicologia que transformações individuais e sociais, pela justiça, com garantia de direitos humanos e o respeito às diferenças. Nessa perspectiva, a chapa apresentou um conjunto de objetivos que demandarão ações diversas, como o diálogo constante com as entidades da Psicologia e a ampliação, o adensamento e o apoio às atividades dos Núcleos ABEP, ampliando a participação efetiva das distintas regiões do país. Veja a seguir a composição e algumas das principais propostas da chapa eleita para o biênio 2011-2013 da ABEP.

## 02.

Acompanhar os processos de implantação das novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia.



Mesa de abertura do VIII Encontro da ABEP que contou com participação de professores(as) e estudantes de todo o país.



## AS PROPOSTAS DA CHAPA ELEITA

Em seu programa de campanha, a chapa Cuidar da Formação Prá Cuidar da Profissão defendeu a linha de atuação que tem guiado as entidades da Psicologia nos últimos 15 anos, na defesa dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa e humana para todos(as). Segundo o documento, a formação em Psicologia é uma questão central para o processo de construção de uma Psicologia sólida, que contribua para as transformações individuais e sociais, para a promoção de um estado de justiça, com garantia de direitos humanos para todos(as), para o bem-estar social e o respeito às diferenças.

Nessa perspectiva, a chapa apresentou um conjunto de objetivos que demandarão ações diversas, como o diálogo constante com as entidades da Psicologia e a ampliação, o adensamento e o apoio às atividades dos Núcleos ABEP, ampliando a participação efetiva das distintas regiões do país. Veja a seguir a composição e algumas das principais propostas da chapa eleita para o biênio 2011-2013 da ABEP.

# 02.

Acompanhar os processos de implantação das novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia.

# 01.

Ampliar a representatividade da ABEP, fortalecendo seu lugar de interlocutora e articuladora do debate da formação e ensino de Psicologia.

# 03.

Discutir as políticas atuais de formação à distância, na busca de princípios consensuais e limites para o ensino de graduação, bem como de parâmetros para outras experiências de formação.

# 05.

Dar continuidade às discussões sobre a interlocução entre a formação e a atuação do(a) psicólogo(a) em políticas públicas (SUS, SUAS, educação, direitos humanos, segurança pública, emergências e desastres, etc.), com vistas a fortalecer sua presença na formação em Psicologia.

## A NOVA DIRETORIA

Ângela Fátima Soligo (SP) – Presidenta  
Marnene Soares (GO) – Vice-Presidenta  
Irani Tomiatto de Oliveira (SP) – 1º Secretária  
Verônica Carrazzone (PE) – 2º Secretária  
Sônia Lemos (AM) – 1º Tesoureira  
Eliz Wiggers (SC) – 2º Tesoureira

### SUPLENTES

Oliver Zancul (SP)  
Sebastião Benício (GO)  
Francisca Cruz (MA)  
Alayde Digiovanni (PR)  
Fabiana Ramos (ES)  
Lília Kanan (SC)

### COLABORADORES

Diva Conde (RJ)  
Mônica Lima (BA)  
Alexandra Anache (MS)  
Ana Andréa Barbosa Maux (RN)  
Evely Freire de Vasconcelos



DIVULGAÇÃO

# 04.

Acompanhar os processos de avaliação dos cursos de Psicologia pelas instâncias oficiais, contribuindo para o aperfeiçoamento da política de avaliação por meio do SINAES.

# 06.

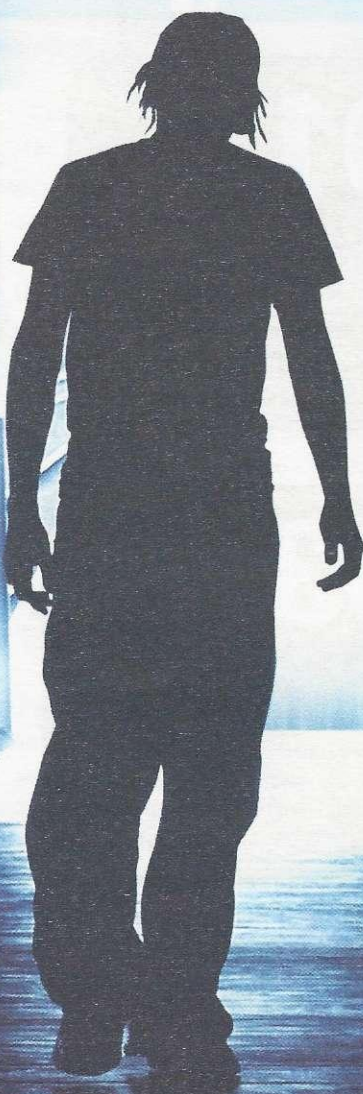
Incentivar o desenvolvimento da formação para o trabalho transdisciplinar e intersetorial.



Mesa de abertura do VIII Encontro da ABEP que contou com participação de professores(as) e estudantes de todo o país.



# suicídio:





# de quem é o problema?

Embora reduzido em comparação com o restante do mundo, o número de suicídios cresce no Brasil e levanta questões sobre como poderia ser uma política pública na área.

**e**m fevereiro deste ano, o Ministério da Justiça divulgou o Mapa da Violência 2011, estudo realizado pelo Instituto Sangari com o objetivo de identificar a incidência e a distribuição de casos de mortalidade violenta no país. O suicídio foi um dos tópicos avaliados. Segundo o estudo, o número de pessoas que tiraram a própria vida passou de 6.985 em 1998, para 9.328 em 2008. Um aumento de 33,5%, taxa superior à do crescimento da população no mesmo período, que foi de 17,8%.

Comparado a outros países, os índices relativos a suicídios no Brasil ainda são baixos. O mais amplo deles, abrangendo toda a população, aponta 4,9 casos em cada 100 mil habitantes, o que deixa o país na 73ª posição entre 100 países avaliados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Contudo, o Mapa da Violência 2011 mostrou que o índice de suicídio entre jovens na faixa entre 15 e 24 anos é mais elevado no Brasil do que na maioria dos países e também confirmou a gravidade do problema entre a população

indígena: a taxa de suicídios chega a 20 para cada 100 mil índios(as), quatro vezes mais que a média nacional.

O suicídio é tido como um grave problema de saúde pública em todo o mundo. Segundo a OMS, cerca de um milhão de pessoas morrem dessa forma a cada ano, o que equivale a 3 mil casos por dia ou, ainda, a uma morte a cada 30 segundos. É a décima maior causa de morte no mundo e salta para a terceira maior quando se considera a faixa entre os 15 e os 35 anos de idade. Além disso, existem as tentativas não fatais, cujo número é difícil avaliar em função da subnotificação. Estima-se, contudo, que elas possam chegar a até 20 milhões.

No Brasil, o Ministério da Saúde instituiu, em 2005, a Estratégia Nacional de Prevenção ao Suicídio. Dela resultaram a criação das Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio e o lançamento do Manual de Prevenção do Suicídio para Profissionais das Equipes de Saúde Mental. O ministério também estimulou ações locais, como foi o caso do Projeto ComViver, no

Rio de Janeiro, que visava atender os casos de tentativa de suicídio, ou o programa de prevenção de suicídio, implantado há cerca de dois anos no Hospital Ouro Verde, em Campinas. Mas não há iniciativas de maior alcance nesse campo.

**POLÍTICAS DE RECHEIO** - Ainda que os números trazidos pelo Mapa da Violência 2011 sejam preocupantes, o psiquiatra e coordenador da linha de cuidado em Saúde Mental do Hospital Ouro Verde, Deivisson Vianna Dantas dos Santos, sustenta que eles precisam ser interpretados. A começar pelos números em si. "Os processos de notificação no sistema de saúde melhoraram ao longo das últimas décadas e, em alguma medida, é possível dizer que o estudo passou a evidenciar algo que estava oculto pela subnotificação", diz. Outro fator importante é que o crescimento de casos registrados de suicídio fez com que esse tópico ganhasse um peso relativamente maior frente a outras modalidades de morte violenta, como homicídios e acidentes de trânsito. ➔



Essas ponderações, segundo Deivisson, não têm o objetivo de negar a importância do problema ou a necessidade de políticas públicas capazes de atender à população. Até porque fatores de risco que levam ao suicídio – como a inexistência de um estado de bem-estar, o consumo de álcool e outras drogas ou as pressões no ambiente de trabalho – são cada vez mais evidentes na sociedade brasileira. Além disso, muitos casos de suicídio ou de tentativa, continuam não sendo notificados como tal, quer por opção da família, quer por interesse de empresas e instituições que não desejam ter seus nomes associados a esse tipo de morte.

O que fazer diante disso? Deivisson sustenta que, no âmbito da Saúde, são necessárias o que ele chama de “políticas de recheio”, isto é, políticas que visem não apenas ampliação numérica de serviços, mas sua qualificação para um atendimento mais técnico e também humanizado à população. Como exemplo, ele cita dois projetos realizados no Pronto Socorro do Hospital Ouro Verde – um visando a capacitação de equipes de saúde para lidar com tentativas de suicídio e outro para estimular as pessoas atendidas nessas circunstâncias a buscar e se manter em tratamento. Nesse segundo projeto, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas, uma psicóloga foi incumbida de acompanhar os casos, mantendo contatos telefônicos regulares com as pessoas. Em seis meses, 67 pessoas foram monitoradas e registrou-se uma boa adesão ao tratamento em saúde mental. Nenhuma delas morreu. Quatro fizeram nova tentativa de suicídio.

**VISÃO CRÍTICA** – Ainda que positivas, iniciativas como as descritas acima não se propõem a dar conta de uma questão complexa como a do suicídio. De fato, o tema envolve vários aspectos que precisam ser levados em consideração em qualquer tentativa de construção de uma política na área. Para o psicólogo Nilson Berenchtein Netto, coautor do livro *Do Assédio Moral à Morte de Si* – *significados sociais do suicídio no traba-*

*lho*, o primeiro passo é entender porque as pessoas se matam.

“O suicídio pode ser resultado de uma escolha consciente ou pode decorrer de uma situação na qual a pessoa não vê escolhas”, diz. No primeiro caso é uma decisão a ser entendida e respeitada. No segundo, é necessário pensar sobre os fatores que conduziram a pessoa àquele ponto. “É preciso focar nos motivos de fundo ao invés de meramente estancar os efeitos”, avalia.

Um segundo aspecto destacado pelo psicólogo é que uma política pública nessa área precisa se preocupar com as condições que mantêm nas pessoas o desejo de viver. “Sou contrário a propostas que visam apenas ‘prevenir’ ou ‘combater’ o suicídio. Além de superficial, é uma abordagem que pode facilmente derivar em ações policiais. Os manuais da OMS, por exemplo, têm um caráter tutelar muito presente. Não podemos perder de vista que o suicídio é uma entre as diversas possibilidades na vida das pessoas e que isso deve ser respeitado. Não significa cruzar os braços simplesmente, mas fazer algo, de fato, pela manutenção da vida das pessoas e não apenas pela manutenção do sistema.

Afora isso, a questão do suicídio comporta recortes diversos, seja no âmbito do trabalho, seja no caso das populações indígenas. Como observa Nilson, a forma como diferentes tribos encaram o suicídio varia profundamente segundo a cultura específica daquela determinada etnia. Não há como pensar em abordagens únicas para lidar com o problema. Por fim, ele chama a atenção para o fato de que políticas públicas, ainda que desejáveis e necessárias, não têm o poder de resolver todos os problemas (*veja entrevista a seguir*). “O que se espera é que elas sejam, pelo menos, desenhadas levando em conta o bem-estar da população.” ●

em

*Mestre em Psicologia Social, e doutorando em Psicologia da Educação, Nilson Berenchtein Netto é um dos autores do livro Do Assédio Moral à Morte - significados sociais do suicídio no trabalho. Na entrevista a seguir, ele aponta os equívocos que podem comprometer uma política destinada a valorizar a vida da população.*





# respeito à vida

**PSI – A quem cabe a responsabilidade por uma política pública relativa ao suicídio?**

**Nilson –** A Saúde, usualmente, puxa a questão para si, mas isso precisa ser avaliado com cuidado, porque tende a gerar propostas medicalizantes. A Organização Mundial de Saúde e seus ideólogos estabelecem frequentemente relações imediatas entre transtornos psíquicos e suicídios. Documentos da entidade começam definindo o suicídio como um fenômeno de determinações múltiplas e complexas, mas logo em seguida afirmam que mais de 90% dos indivíduos que puseram fim às suas vidas sofriam de alguma “perturbação mental”. Essa limitação na forma de olhar o fenômeno se reflete nas propostas que podem ser feitas mais à frente. Ao fazer análises simplistas e imediatas como essas, perde-se exatamente o que a OMS afirma ser o suicídio.

**PSI – O que seria um exemplo de proposta medicalizante?**

**Nilson –** Li há algum tempo um artigo que abordava a adição de lítio aos reservatórios de água como uma forma de reduzir o número de suicídios. Referia-se, inclusive, a um projeto piloto feito numa pequena cidade do Japão. É um exemplo de a que ponto se pode chegar pela lógica da medicalização. Ao final, é uma resposta simplista que visa muito mais os interesses do sistema econômico vigente do que as necessidades da população. E essa visão, é bom acrescentar, já se manifestou em épocas e sociedades diversas.

**PSI – Onde isso aconteceu?**

**Nilson –** Em Cuba, na época da colônia, por exemplo. Em 1840, a quantidade de suicídios era tão alta entre os escravos, que despertou a atenção dos governantes espanhóis. A preocupação não se devia, é claro, a motivos humanitários. Um fiscal da Coroa, Ignacio Olivares, escreveu algo como “é necessário investigar formas de parar ou reduzir o suicídio sem alterar a ordem da sociedade existente”, indicando a preocupação em manter o funcionamento do sistema econômico. No fundo, é a mesma lógica que está por trás das ações que, hoje, atacam os sintomas e ignoram as causas do suicídio.

**PSI – Concretamente, o que poderia ser feito hoje no Brasil? Os CAPS seriam uma alternativa para se desenvolver uma política pública em relação aos suicídios?**

**Nilson –** Os CAPS poderiam ser parte de uma política pública nessa área, assumindo que eles operassem dentro de uma lógica antimanicomial, tal como previsto na Reforma Psiquiátrica,

o que nem sempre acontece. Mas aqui, também, é preciso cuidado. Não creio, por exemplo, que se devam transformar os CAPS em centros especializados em suicídio. Além disso, uma proposta desse tipo pressupõe condições (recursos, pessoal, treinamento) para que a atenção possa ser dada de forma adequada. É algo que ainda demandaria inúmeros debates.

**PSI – O suicídio é um problema do(da) suicida?**

**Nilson –** Ao menos, é isso que querem nos fazer acreditar. É comum buscar as razões do suicídio no indivíduo, seja em seu organismo, seja em seu psiquismo (como se este não se constituísse socialmente), algumas vezes até mesmo em ambos. Mas raras vezes olha-se para a forma como está organizada a sociedade. O chamado “mundo do trabalho” explicita bem algumas dessas questões. Primeiro porque o trabalho é categoria central na vida das pessoas. Segundo porque é nessa esfera que o capitalismo mostra mais e melhor a sua cara. Talvez não se possa estabelecer uma relação imediata entre número de suicídios e desemprego, por exemplo. Mas não há dúvida de que, em períodos de crise econômica, a pressão sobre os trabalhadores aumenta e se transforma em um fator importante para a compreensão desse fenômeno. Mais que isso: servindo como elemento coercitivo aos que estão empregados, o desemprego pode não estar ligado ao suicídio apenas daqueles que estão “fora” do mercado de trabalho, mas também dos que estão empregados.

**PSI – Empresas ao redor do mundo, como a Foxconn e a Peugeot-Citroën e a France Telecom têm sido cobradas por suicídios de seus(suas) empregados(as). Isso pode resultar em mudanças?**

**Nilson –** Cortes francesas e espanholas têm reconhecido o nexo causal entre a organização do trabalho e o suicídio de funcionários. Pense comigo, se um trabalhador de uma empresa francesa se mata, é muito simples dizer que é um problema exclusivamente dele. Se mais de vinte trabalhadores dessa empresa começam a se matar e alguns deixam cartas explicitando que o fazem por conta das relações de trabalho, bom, aí não dá para falarmos que cada um desses trabalhadores estava doente, dá? Agora imagine, se além dos trabalhadores e trabalhadoras dessa empresa, trabalhadores de outras empresas do mesmo país começam a se matar... Ou se suicídios começam a acontecer em diferentes empresas ao redor do mundo e em grande quantidade. Como explicar?

**PSI – Fica difícil ignorar a responsabilidade...**

**Nilson –** Sem dúvida. Veja, toda morte nos diz sobre a forma de organização, sobre a saúde e a vida de uma determinada sociedade. Todavia, o que nos dizem as mortes quando são “voluntárias”? Quando se passou a abordar a questão do assédio moral, por exemplo, isso trouxe reflexos no ambiente de trabalho de muitas empresas. Até que ponto podem se alcançar conquistas nesse sentido depende da organização dos trabalhadores e do envolvimento dos movimentos e da sociedade civil e da pressão que eles podem exercer.

**PSI – Como as empresas e os(as) seus(suas) funcionários(as) reagem diante desse tipo de situação?**

**Nilson –** A tendência, de um modo geral, é se livrar do problema. Quando alguém dá sinais de que pode cometer suicídio, as empresas simplesmente afastam essas pessoas ou as dispensam. E não é só nas empresas. Ouvi recentemente o relato de uma policial militar contando que uma colega foi impedida por seu superior de cometer suicídio dentro do batalhão. O que ele fez em seguida? Simplesmente a mandou para casa. Aceita a fidelidade do relato, restam duas interpretações: na melhor delas, a tentativa de suicídio é vista como um problema estritamente pessoal, que nada tem a ver com a instituição na qual a pessoa trabalha; na pior, demonstra uma indiferença que poderia ser considerada criminoso. Não morrendo no meu turno, está tudo certo. Vale lembrar, aliás, que os índices de suicídio entre policiais estão entre os mais elevados, por categoria de trabalho, do mundo.

**PSI – Em 2008, no ABC houve um grande número de demissões. Aumentaram os suicídios na região?**

**Nilson –** Não sei dizer. Mas é preciso considerar que os números disponíveis podem não refletir a realidade. A subnotificação ainda é um fator importante e não falo apenas da subnotificação por deficiência do sistema de notificação, mas, também, pelo comportamento das partes envolvidas. Não são apenas as empresas que não têm interesse em notificar uma determinada morte como suicídio. Às vezes, a própria família não quer que isso aconteça. Ainda se trata o suicídio com muito pudor, de maneira extremamente conservadora. Por isso, essas mortes ainda são vistas como um tabu. A partir do momento em que entendermos o suicídio como fenômeno histórico e social, além de orgânico e psíquico, e deixarmos de lado concepções que o considerem como “feio”, “crime”, “pecado” ou “loucura”, teremos a chance de lidar com esse fenômeno de maneira mais efetiva. Não apenas com o propósito de impedir mortes, mas principalmente com o de garantir vidas.



# o papel da CAPL

**a** Psicologia tem se preocupando cada vez mais em participar da formulação de políticas públicas e em debater projetos de leis relacionados com a profissão. A finalidade é refletir sobre as relações da Psicologia com a sociedade, ampliar a possibilidade de construir respostas efetivas às necessidades sociais e lutar pela efetiva promoção de direitos. O acompanhamento de projetos de lei no âmbito do legislativo é, assim, um dos elementos fundamentais para se alcançar esse objetivo.

Em Brasília, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) conta com o apoio de um escritório de advocacia que a cada três meses, aproximadamente, identifica os projetos de lei, na Câmara dos Deputados e no Senado, que são de interesse da Psicologia.

Em 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) criou a Comissão de Acompanhamento de Processos Legislativos (CAPL) com o objetivo de observar sistematicamente o andamento dos projetos estaduais e apresentar contribuições regionais ao CFP no acompanhamento dos PLs Federais. Posteriormente, o âmbito de atuação se ampliou e a partir de 2010 começou a acompanhar alguns projetos em nível municipal.

A CAPL é uma “comissão-meio”, que assessora as demais comissões do CRP SP (como Saúde, Educação e outras) com informações sobre os trâmites processuais e técnicos. Ela armazena e compila informações já produzidas pelo Sistema Conselhos sobre diversas temáticas debatidas no legislativo, efetua pesquisas, faz contato com assessorias parlamentares e colabora na realização de Oficinas e Audiências Públicas.

Com o apoio da CAPL, o Conselho pode reunir subsídios para informar e debater com a categoria e se posicionar de forma mais efetiva na defesa ou contestação deste ou daquele projeto e ainda identificar oportunidades para

## { Quais os objetivos e como se dá a atuação da Comissão de Acompanhamento dos Processos Legislativos do CRP SP

uma atuação propositiva (e não apenas reativa, como era mais comum no passado).

**SELEÇÃO** – A cada três meses (mesma periodicidade do acompanhamento feito pelo CFP), a CAPL faz uma varredura para identificar entre novos projetos apresentados quais merecem acompanhamento. No trimestre março/abril/maio deste ano, por exemplo, a CAPL acompanhava 236 projetos, sendo 91 no âmbito federal, 99 no estadual e 46 no municipal.

No caso do Senado e da Câmara dos Deputados, qualquer cidadão pode se cadastrar no *site* para ser informado, via *e-mail*, sobre o andamento deste ou aquele projeto. Esse tipo de serviço não está disponível no caso do estado de São Paulo, mas o CRP SP firmou acordo com a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) para ser informado sobre os projetos que o Conselho cadastra para acompanhamento. Já no caso da Câmara Municipal de São Paulo, o andamento dos projetos tem que ser acompanhado no *site* da instituição (não há um sistema que avise quando ocorre algum andamento no processo).

A maior parte dos projetos acompanhados diz respeito ao exercício da profissão de psicólogo(a). É o caso, entre outros, do PLC 7200/10, que prevê a participação de outros profissionais da saúde (inclusive do(a) psicólogo(a) na realização de perícia para concessão de aposentadoria por invalidez na Previdência Social. Há ainda diversos PLs prevendo psicólogos(as) nas escolas públicas, o que por si só demonstra o reconhecimento social dessa demanda.

Há projetos, contudo, que não tratam da prestação de serviços por psicólogos(as), mas que são de interesse da Psicologia. Um exemplo é o Projeto de Lei Estadual da Psicocirurgia (PL 1051/03). O exame do projeto levou o Conselho a concluir que, embora o PL apresente um procedimento relacionado à área médica, vai contra o que a Psicologia preconiza no campo da saúde mental. Outro exemplo é o PLC 45/10, aprovado e transformado na Lei Complementar 1131/10, que na contramão da universalização da Saúde, trouxe a possibilidade de destinação de 25% dos leitos do SUS para particulares, convênios e planos de saúde privada.

Nos finais de legislatura uma das preocupações da CAPL é identificar os projetos de interesse da Psicologia que são arquivados e se mobilizar para a sua reativação. Em 2010, por exemplo, ocorreu o arquivamento do Projeto de Lei Federal que defendia a inserção da Psicologia no ensino médio (PL 105/07). O CRP SP fez contato com a assessoria da deputada Luiza Erundina, remeteu à deputada material com subsídios e solicitou um contato presencial para aprofundar o debate e solicitar a reapresentação do projeto.

**REDES SOCIAIS** – Alguns projetos, pelo seu grande impacto potencial, têm demandado uma atenção maior por parte da CAPL (veja tabela na página ao lado). Um dos mais importantes, em nível federal, é o Projeto de Lei do Ato Médico, com reflexos de maneira transversal em todas as áreas da Psicologia e, atualmente, tramita no Senado Federal em forma de texto substitutivo e em



## evento aproxima **PERU e BRASIL**



caráter terminativo. A atenção redobrada em relação a esses temas mais sensíveis se justifica. Um acompanhamento sistemático permite ao Conselho atuar de forma mais rápida e efetiva em relação a decisões tomadas no âmbito do legislativo.

A construção na Psicologia é coletiva e a participação dos(as) psicólogos(as) é fundamental. No VII CNP a categoria estabeleceu diversas prioridades de ação junto ao legislativo. Outras manifestações podem ser encaminhadas ao CRP SP através do e-mail [cotec01@crpsp.org.br](mailto:cotec01@crpsp.org.br) ou de contatos presenciais ou envio de e-mails diretamente aos (às) senadores(as), deputados (as) e vereadores (as).

Uma novidade é o uso das redes sociais para disseminar informações e possibilitar manifestações em relação uma determinada proposta. O CFP e o CRP SP estão no Facebook e no Twitter, além de ter organizado um endereço no Twitter específico para o Ato Médico: @naoplatomedico. ●

### **PRINCIPAIS PROJETOS**

Veja a seguir alguns dos projetos de maior importância acompanhados pela CAPL e a posição do CFP e/ou CRP SP em relação a cada um deles.

#### **PLs FEDERAIS**

- PL 105/07 Psicologia no Ensino Médio (a favor)
- PL 060/07 Senado e PL 3688/00 Psicólogo Escolar/Educacional nas Escolas Públicas (a favor)
- PLC 150/09 Carga Horária 30hs Psicólogo (a favor)
- PLC 189/10 SUAS (a favor)
- SCD 268/02 Ato Médico (contra)
- PLC 31/10 Psicopedagogia (contra)
- PL 7081/10 Dislexia e TDAH (contra)

#### **PLs ESTADUAIS**

- PL 741/10 Carga Horária 30hs Psicólogo (a favor)
- PLC 49/09 - Dispõe sobre a criação de cargos de Psicólogo Judiciário e Assistente Social Judiciário (a favor)
- PL 441/07 Psicólogo Escolar/Educacional nas Escolas Públicas do Estado (a favor)
- PL 1051/03 Psicocirurgia (contra)

#### **PLs MUNICIPAIS**

- PL 280/09 Psicólogo Escolar/Educacional nas Escolas Públicas do Município (a favor)
- PL 86/2006 Dislexia (contra)

Psicólogos e psicólogas do Peru e do Brasil compartilharam experiências durante o I Encontro Brasileiro e Peruano de Psicologia, ocorrido no mês de julho, em Lima. Resultado de contatos entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Colégio de Psicólogos do Peru, o evento se integra ao processo de aproximação da psicologia latino-americana fomentado por meio da União Latino-Americana de Psicologia (ULAPSI).

Os(as) integrantes da delegação brasileira – em torno de 12 psicólogos(as), representando diversas entidades – também foram convidados(as) a participar de palestras e atividades do XV Congresso Nacional de Psicologia e do V Congresso Internacional de Psicologia promovidos pelo Colégio de Psicólogos do Peru. Entre os temas abordados estiveram as interfaces entre a Psicologia e as políticas públicas em áreas como Educação, Saúde e Direitos Humanos.

Uma iniciativa importante foi a realização de palestras fora de Lima, ampliando o contato com psicólogos(as) de diferentes partes do Peru. Duplas de psicólogos(as) brasileiros(as) estiveram conversando com estudantes e profissionais nas cidades de Arequipa, Trujillo e Cuzco. Nesta cidade, por exemplo, a conselheira do CFP Marilene Proença teve a oportunidade de, juntamente com o presidente do CFP, Humberto Verona, discutir sobre os processos de medicalização e os desafios da Psicologia no campo da Educação.

“Os peruanos enfrentam problemas parecidos com aqueles que experimentamos aqui no Brasil”, diz Marilene. “Um dos relatos que ouvi dava conta de que a prefeitura de Cuzco acabara de abrir vagas para psicólogos(as), tendo como principal objetivo a realização de avaliações clínicas. Essa é uma concepção contra a qual lutamos aqui em nosso país e o aspecto positivo é que os profissionais e estudantes peruanos presentes ao evento também se manifestaram de forma crítica em relação a esse tipo de abordagem.”

Durante o evento várias homenagens foram prestadas aos(as) representantes das entidades brasileiras. O Colégio de Psicólogos do Peru homenageou os(as) representantes do CFP com uma medalha de membro honorário. A entidade também foi condecorada pela Universidade Autônoma do Peru com uma medalha de reconhecimento institucional pela contribuição dada à psicologia latino-americana.

Para Humberto Verona, o contato abriu perspectivas para uma troca maior de experiências entre psicólogos(as) dos dois países, além de possuir um importante valor simbólico de união. A iniciativa também contribuiu para aproximar os(as) psicólogos(as) tendo em vista o IV Congresso da ULAPSI, que acontecerá em Montevidéu (de 26 a 28 de abril de 2012), sob o tema “Construindo a Identidade da Psicologia Latino-americana”.



# psicologia e esporte: em busca de um salto de quali

A realização de grandes eventos esportivos no Brasil, como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, pode servir de impulso para uma mudança qualitativa na parceria entre Esporte e Psicologia. O fato de o(a) psicólogo(a) ser chamado para ocupar determinadas funções favorece um debate sobre o que é necessário mudar para que o Esporte, como um direito do(a) cidadão(ã), seja oferecido de forma adequada e para que a Psicologia, como ciência e profissão, possa contribuir para um projeto dessa natureza.

Enquanto fenômeno altamente complexo, o esporte estabelece relação com diferentes áreas do saber, ou seja, para ser compreendido na sua totalidade, exige um enfoque interdisciplinar. Neste sentido, a Psicologia contribui para a visão integral em qualquer contexto que o esporte estiver presente. O(a) profissional atua contribuindo diretamente com o desenvolvimento humano, com olhar para a singularidade e para a coletividade, de acordo com o objetivo de cada contexto. No entanto, deve partir do princípio de que, independentemente do ambiente, o indivíduo tem o direito de desenvolver suas habilidades esportivas, com todo o seu potencial.

O Jornal PSI reuniu três profissionais que atuam na área esportiva para falar sobre esses desafios.

**THATIANA FREIRE** – Bacharel e Mestre em Esporte pela USP. Experiência de 8 anos em projetos esportivos, principalmente na área pedagógica e de formação de professores. Todos esses anos atuando com profissionais da Psicologia.

**JOSÉ ANIBAL AZEVEDO MARQUES** – Psicólogo e Mestre formado pela PUC-SP. Experiência acumulada em 15 anos na área da Educação e Esporte, sendo 10 destes em Projetos Sociais.

**ROBERTA FREITAS LEMOS** – Bacharel em Esporte pela USP, Psicóloga e Mestre formada pela PUC-SP. Experiência de 8 anos de atuação na interface entre esporte e Psicologia. Conselheira do CRP SP na gestão 2010-2013.

**PSI – Até que ponto se pode falar de uma integração entre Psicologia e Esporte?**

**José Anibal** – A aproximação entre Psicologia e Esporte não se deu de forma tranquila. Há cerca de 15 anos o que predominava era uma postura corporativista, de defesa de espaços. Isso mudou a partir de trocas que foram se tornando mais comuns em congressos ou em situações de trabalho. Aqui mesmo, no CRP SP, aconteceu em 2000, um encontro com o objetivo de discutir os pontos de contato entre a Psicologia e o Esporte. Aos poucos, essa proximidade resultou em produção de conhecimento e também no reconhecimento de que a Psicologia tem contribuições próprias e significativas para o Esporte. Avançou-se de uma simples aproximação, lado a lado, para uma integração, cada vez maior, entre os campos da Psicologia e do Esporte.

**PSI – De uma forma concreta, como essa integração pode ocorrer?**

**Roberta Lemos** – Acho importante que haja uma visão do Esporte como um fenômeno único e não segmentado em diferentes manifestações. O Esporte num contexto de rendimento não é diferente, nos seus princípios, do Esporte no contexto de uma política pública setorial, como educação por exemplo. Ainda é muito comum se separar o Esporte em três manifestações diferentes: Rendimento, Esporte e Participação e Esporte e Educação.

**Thatiana Freire** – Essa divisão está muito enraizada do ponto de vista da sociedade. Mas, ainda que didática e conveniente para as diferentes instituições que lidam com o Esporte, conduz a equívocos. Por exemplo, chegou-se a discutir que o Esporte, numa perspectiva educacional, estaria isento de competição. Mas a competição é de sua essência. Um olhar interdisciplinar



# dade

sobre a competição pode favorecer seu valor pedagógico, seu uso no desenvolvimento de competências daquele que compete. E acho que esse é o maior desafio na busca da integração: a atuação interdisciplinar. Não é fácil abrir-se ao diálogo com a outra área, deixar que ela interfira na sua. Mas sem dúvida esse diálogo favorece a complementaridade que existe entre elas, além de promover, e muito, o crescimento profissional dos envolvidos!

**Roberta Lemos** – Nesta linha, é preferível pensar que atuação do psicólogo no campo do esporte pode se dar em níveis diversos. O profissional pode atuar em qualquer ambiente onde o Esporte esteja. Ele pode estar presente como integrante de equipe interdisciplinar, trabalhando diretamente com atletas ou participantes de um programa, individualmente ou de forma coletiva; pode dar apoio aos profissionais de uma equipe, na definição de caminhos pedagógicos ou, ainda, atuar em níveis institucionais ou políticos, contribuindo com diretrizes de atuação que favoreçam o desenvolvimento integral do ser humano, tendo como referência as diferentes subjetividades produzidas pela promoção do esporte pela instituição ou pela política em questão. Infelizmente não se vê psicólogos (as) sendo convidados para formular políticas públicas de Esporte.

## **PSI – Há diferenças na abordagem do Esporte pela Psicologia conforme o seu objetivo?**

**José Anibal** – A periodização da preparação psicológica, aliada à periodização de treinamento, é um exemplo disso. No contexto do rendimento pode-se organizar um plano de trabalho no qual os dois aspectos estejam contemplados e se somem para atender às exigências esportivas e competitivas. A periodização também pode ser aplicada em programas sociais apoiados no Es-

porte, visando determinados objetivos. Num projeto desse tipo pode-se pensar, por exemplo, em atividades de refinamento de habilidades motoras como parte de um processo de desenvolvimento de autoestima. E para que esse processo seja efetivo, é interessante que profissionais do Esporte e da Psicologia atuem juntos. Do planejamento à intervenção.

## **PSI – Até que ponto essa visão se encontra disseminada?**

**Thatiana Freire** - Difícil dizer. Já é bastante comum em clubes ou em trabalhos com crianças e adolescentes a existência de um trabalho multidisciplinar, com a contribuição de profissionais de áreas diversas, como nutricionistas, médicos, fisioterapeutas e psicólogos. Penso que ainda é um trabalho pouco integrado. De qualquer forma, acredito que é cada vez mais clara a percepção de que o Esporte é uma área complexa, que demanda conhecimentos de diferentes disciplinas. O próximo passo é a busca da atuação interdisciplinar, na qual as diferentes áreas atuam e pensam em prol do objetivo estabelecido e compartilhado por elas.

## **PSI – A sociedade está envolvida com essas questões?**

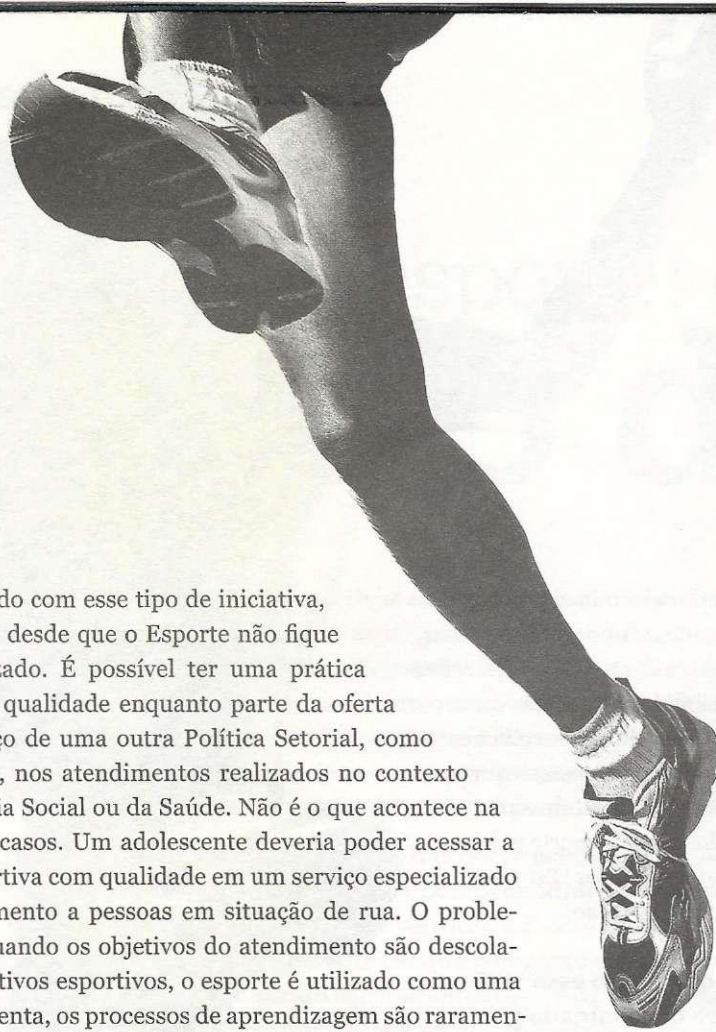
**Thatiana Freire** – A ideia de que esporte é sinônimo de esporte de alto rendimento ainda é muito forte entre a população. E os veículos de comunicação, de uma forma geral, contribuem para reforçar essa visão. Um dos nossos grandes desafios é exatamente o de mostrar para a sociedade que ela tem não apenas direito ao Esporte, mas a um esporte de qualidade, que contribua para o seu desenvolvimento. Faltam, por exemplo, políticas públicas que tenham como alvo a população com mais de 18 anos. Tem para crianças e adolescentes,

tem para idosos, mas não tem para adultos. Penso que parte disso se deve à concepção de que, se você não virou atleta até os 18, pode parar a prática esportiva. Se o indivíduo tiver uma formação adequada, ele pode manter a prática e desfrutar dos seus benefícios. José Anibal - Numa lógica sistêmica, você pode inclusive afirmar que outros segmentos possam realocar investimentos. Com uma política bem definida para o esporte, pode-se pensar no campo da saúde como prática promotora de saúde e não preventiva de doenças, por exemplo. Está mais do que na hora de se rever a forma de tratar o Esporte, como política pública, no Brasil.

**Roberta Lemos** – Uma distorção muito frequente está presente quando se recorre ao Esporte para impulsionar uma outra política pública. Não há →







nada de errado com esse tipo de iniciativa, ao contrário, desde que o Esporte não fique descaracterizado. É possível ter uma prática esportiva de qualidade enquanto parte da oferta de um serviço de uma outra Política Setorial, como por exemplo, nos atendimentos realizados no contexto da Assistência Social ou da Saúde. Não é o que acontece na maioria dos casos. Um adolescente deveria poder acessar a prática esportiva com qualidade em um serviço especializado para atendimento a pessoas em situação de rua. O problema é que, quando os objetivos do atendimento são descolados dos objetivos esportivos, o esporte é utilizado como uma mera ferramenta, os processos de aprendizagem são raramente respeitados, pois a prática serve a outro fim e o indivíduo acaba perdendo a possibilidade de ter seu potencial esportivo desenvolvido.

### **PSI – Ainda há quem questione a necessidade de psicólogos no esporte, como aconteceu recentemente com um famoso técnico de futebol...**

**José Anibal** – Sim, ainda tem muita gente que pensa assim, mas mesmo no futebol já é possível perceber algumas mudanças de atitude por parte de vários treinadores. Para manter o bom humor, o melhor é dizer que o “psicológico” não faz falta nas vitórias, mas é quase sempre lembrado nas derrotas. Tal atleta não foi bem porque faltou o “psicológico”. É uma espécie de entidade. Essa visão só vai mudar à medida que a sociedade passe a compreender a Psicologia e o Esporte como parte de um mesmo corpo. Mudar esse olhar é um desafio para todos nós que atuamos na área.

### **PSI – Que desafios ficam colocados para os(as) psicólogos(as) que atuam nesse campo?**

**Roberta Lemos** – Percebendo as demandas que surgem para o psicólogo diante deste debate, é importante que, qualquer que seja seu contexto de atuação, este profissional preserve um trabalho contínuo, associado à prática, com coerência teórica em suas propostas, ou seja, respaldado em uma sólida e única visão de ser humano e de mundo, que considere o indivíduo na sua integralidade. Como promotor de saúde, o psicólogo deve priorizar processos que respeitem as condições de desenvolvimento do indivíduo, com qualidade e de forma progressiva. Por fim, cabe ressaltar que a prática esportiva é uma dimensão importantíssima dos processos de socialização, proporcionando situações desafiadoras para a convivência entre pessoas e entre grupos, de maneira que se reconheçam e se valorizem as diferenças, se produzam os embates e as disputas, porém, em um contexto de cuidado, com situações intencionalmente concebidas, organizadas e delimitadas. ●

## ➔ penalidade ética

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP SP nº 30/08, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA à psicóloga [REDACTED], por:

- não ter fornecido o número de inscrição no panfleto e nos sites em que publicou curso, mesmo se apresentando como Psicóloga, não possibilitando ao interessado averiguar a veracidade de sua formação profissional.
- ter proposto atividades associando práticas não reconhecidas pela ciência psicológica e prática profissional (formação em Transpessoal, Terapia das Vidas Passadas e Terapia Floral).

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (\*): Artigo 37º e Artigo 38º, alínea “e”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP SP nº 17/07, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA à psicóloga [REDACTED], por:

- propor cursos ligados a práticas não reconhecidas pela ciência, prática e ética profissional, tal como: oráculo cigano, leitura com moedas, numerologia, meditação Mer-Ka-Ba e tarô, não apresentando argumentos que contribuam para o progresso da ciência, demonstrando estar alheia aos estudos atuais.
- realizar publicidade profissional, utilizando-se de meio de comunicação para divulgar serviços e cursos não reconhecidos como práticas da Psicologia.
- vincular o título de Psicóloga com atuação como “Terapeuta Metafísica Holística”, além de oferecer cursos associando sua formação a atividades e recursos que não são reconhecidos como prática profissional do psicólogo.
- não ter solicitado ao responsável pelo veículo publicitário a retirada do anúncio, ao verificar irregularidades na publicidade, apontando para o consentimento do conteúdo deste.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (\*): Princípio Fundamental V, Artigo 1º, alínea “c”, Artigo 36º e Artigo 38º, alíneas “d” e “e”.



## Comparação de laudos de diferentes profissionais e método Rorschach

A processada trabalha como psicóloga em uma instituição e a pedido da Delegacia de Defesa da Mulher, considerando suspeita de abuso sexual do pai contra a filha, realiza avaliação psicológica do denunciante e ex-esposa por meio de entrevistas e utilização do método Rorschach, emitindo parecer psicológico. O parecer é juntado à avaliação de dois psiquiatras que concluem que ambos apresentam “personalidade imatura” e que o denunciante é portador de “transtorno de personalidade antissocial”.

Segundo o denunciante, os laudos não retratam suas reais condições e divergem de laudos emitidos por outros psicólogos em ação judicial de modificação de guarda de seu filho.

Em sua defesa, a psicóloga informa que, no contexto em que atua, a avaliação psicológica é considerada complementar e se presta a subsidiar a conclusão médica. Explica que trabalha há 18 anos com o instrumento Rorschach e utilizou a versão do Rorschach do Dr. Anibal da Silveira, aprovada pelo CFP. Relata que garantiu a devida fundamentação técnico-científica e não houve direcionamento tendencioso. Além disso, os psiquiatras validaram sua conclusão.

Diante dos apontamentos, constatou-se não ter havido falta ética por parte da psicóloga processada, uma vez que: 1) o que estava sendo analisado naquele momento era a avaliação realizada pela psicóloga processada, que demonstrou capacidade técnica, rigor nos procedimentos avaliativos e fundamentação teórica e ética, 2) a divergência desse laudo em relação a outros emitidos não é matéria de análise da Comissão de Ética, uma vez que se tratava de avaliações psicológicas distintas, com diferentes versões do instrumento, requeridas por instâncias diversas e o propósito de cada avaliação não era o mesmo, bem como o contexto para interpretação. A acusação foi considerada improcedente e o processo arquivado.

A Comissão de Ética eventualmente recebe queixas de que laudos produzidos por diferentes psicólogos apresentam resultados divergentes. No entanto, o entendimento vigente é que não existe a obrigatoriedade de que diferentes profissionais cheguem a conclusões semelhantes. O que é necessário é que o laudo do(a) psicólogo(a) seja devidamente fundamentado dentro da abordagem teórica e instrumental adotados no seu trabalho.

A utilização de testes na avaliação psicológica não é obrigatória. Porém, caso seja utilizada, é necessário observar a normatização vigente, em especial a Resolução CFP 002/03. O(a) psicólogo(a) somente pode utilizar os testes com parecer favorável do CFP, disponibilizados em lista elaborada pelo SATEPSI. Existem várias versões do teste Rorschach, sendo que as aprovadas pelo CFP são: Sistema Klopfer, Sistema da Escola Francesa, Rorschach Clínico (Aníbal Silveira) e Sistema Compreensivo. Consulte: [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br) – item “Orientação - Testes Psicológicos – testes psicológicos aprovados para Uso”.

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP 006/07, disponível no *site*: [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br) – item “Legislação”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP SP nº 09/07, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA à psicóloga [REDACTED], por:

- ter se referido ao pai da cliente (criança) como “careca”, “feio”, “caboclo”.
- ter deixado sua vida privada e dificuldades financeiras serem expostas à mãe de sua paciente, solicitando empréstimos por meio de cheques, bem como ter envolvido outra paciente para repasse dos mesmos.
- ter feito pedido de empréstimo, promessas de presente à cliente e telefonemas em horas impróprias, estabelecendo relacionamento com a denunciante que ocasionaram prejuízos ao processo terapêutico da cliente.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (\*): Artigo 1º, alínea “c” e Artigo 2º, alíneas “h” e “n”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP SP nº 14/07, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA à psicóloga [REDACTED], por:

- não atentar para a importância do trabalho realizado em consultoria de recolocação profissional e não ter feito análise crítica das consequências para o sujeito da avaliação, estando esse em situação de desemprego, estresse e desgaste emocional.
- desconhecer a finalidade do trabalho que exercia na empresa, não buscar saber a idoneidade da mesma e não atentar para a lisura dos procedimentos ofertados, deixando de tomar o devido cuidado para que a imagem da profissão não faltasse com a dignidade.
- colocar em risco as pessoas às quais realizou avaliação psicológica, ocasionando lesão financeira e sofrimento psicológico.
- não ter informado com a clareza e objetividade os motivos da avaliação psicológica e a finalidade dos testes aplicados, não restando claro, ainda, que a devolutiva foi efetivamente realizada.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (\*): Princípio Fundamental IV, Artigo 1º, alínea “f” e Artigo 3º, alínea “a”.

\*Resolução CFP Nº 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.



# inovação na defensoria pública

## O QUE FAZ A DEFENSORIA

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo atua nas diversas áreas jurídicas – cível, família, infância e juventude, criminal e execução penal – que estejam dentro da competência da Justiça estadual. Os defensores públicos também têm o poder de propor ações civis públicas que, em geral, estão relacionadas à moradia, saúde, educação, transporte, meio-ambiente e questões relativas à defesa do consumidor. Contam, para isso, com o suporte dos Núcleos Especializados que consolidam conhecimentos sobre temas específicos. A Defensoria também se empenha na resolução extrajudicial de conflitos, visando a obtenção de soluções e evitando o ajuizamento desnecessário de ações. Atualmente a instituição conta com 500 defensores(as) públicos que atuam em 51 unidades distribuídas por 28 cidades do estado. Daniela Cembranelli é a atual Defensora Pública-Geral.

**d**esde abril de 2010 a Defensoria Pública do Estado de São Paulo conta, em seus quadros, com a presença de 30 psicólogos(as) e 17 assistentes sociais, atuando como agentes de defensoria pública. Em sua maioria, esses(as) profissionais trabalham nos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAM), área criada com o objetivo de atender pessoas em situação de vulnerabilidade, cujos casos demandam outros apoios além dos de natureza estritamente jurídica.

“A presença de psicólogos e assistentes sociais na área do Direito não é nova, mas uma atuação nos moldes como se dá na Defensoria, em São Paulo, com uma proposta de caráter multidisciplinar e de atendimento integral, é inovadora”, afirma o psicólogo Paulo Kohara, assessor técnico psicossocial que gerencia as atividades do CAM. Ele res-

salva que defensorias em estados como Pará e Bahia contam com serviços semelhantes, mas sem a mesma estrutura existente em São Paulo. Kohara acredita que, dentro dessa proposta, é possível prestar um serviço mais efetivo e de melhor qualidade. “As pessoas quando procuram a Defensoria anseiam por seus direitos, por justiça, e atender a esse pedido não se restringe, necessária ou exclusivamente, à possibilidade do ajuizamento de ações”.

A adoção desse modelo pode ser associada ao histórico de criação da entidade em São Paulo. Ainda que as defensorias estivessem previstas na Constituição Federal de 1988, São Paulo só as criou em 2006, depois que a maioria dos estados brasileiros já as haviam implantado. Segundo o Primeiro Subdefensor Público Geral do Estado, Davi Eduardo Depiné Filho, a demora se deveu a resistências por parte de instituições do sistema de justiça, que alegavam já existir um

Paulo Kohara, de branco, e Paulo Endo, em evento na Defensoria Pública que debateu as relações entre a Psicologia e Direito





Nomeada para o biênio 2010/2011, a advogada Luciana Zaffalon está à frente da Ouvidoria-Geral desde junho de 2010. Fernanda Lavarello, psicóloga, diretora do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos (CEDECA Interlagos) e Conselheira do CRP-SP integra o Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo. Nas entrevistas a seguir, elas falam sobre o papel da Ouvidoria e de seu Conselho Consultivo, e sobre o protagonismo que psicólogos(as) e assistentes sociais estão desafiados a assumir na instituição.

**PSI – Qual o papel da Ouvidoria na Defensoria Pública?**

**Luciana Zaffalon** – Eu entendo que o objetivo da Ouvidoria é contribuir para o melhor aproveitamento da Defensoria como ferramenta de transformação social. A Ouvidoria tem um papel mais tradicional que é o recebimento sugestões ou reclamações e o retorno sobre as medidas tomadas com relação a esses problemas. Um segundo papel é manter contato permanente com os movimentos sociais, cujas demandas envolvem segmentos da população e cuja situação requer, com frequência, a atuação da Defensoria. O conjunto dessas manifestações permite que a Ouvidoria não apenas identifique problemas que muitas vezes não se encontram visíveis para a instituição, como também oferecer sugestões para sua solução. É importante acrescentar que a Ouvidoria tem assento permanente no Conselho Superior da Defensoria e que, mesmo não tendo direito a voto, tem direito a voz.

**PSI – E qual o papel do Conselho Consultivo da Ouvidoria?**

**Luciana Zaffalon** – O Conselho Consultivo acompanha a atuação da Ouvidoria-Geral colaborando para o aprimoramento de seus trabalhos e consequentemente a melhoria dos serviços prestados pela Defensoria Pública. O Conselho conta com 11 membros efetivos e 08 suplentes, todos representantes de organizações sociais alinhadas aos princípios da Defensoria Pública. São indicados pela Ouvidora-Geral após consulta à entidades da sociedade civil de diversas áreas, e empossados pelo Defensor Público-Geral do Estado para mandato de dois anos. Nos reunimos bimestralmente para discutir formas de melho-

# compromisso com a transformação social

ria, sobretudo, da aproximação da Defensoria Pública com a população atendida. É muito importante que um cidadão ou um grupo que procura os serviços da Defensoria Pública, além de ser bem atendido, saia revigorado e fortalecido na busca por seus direitos.

**PSI – Existem ouvidorias em outras defensorias?**

**Luciana Zaffalon** – Sim, existem cinco outras Ouvidorias Externas de Defensorias Públicas, que funcionam nos estados do Acre, Bahia, Ceará, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Elas têm enfrentado resistências. Neste momento, por exemplo, existe uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao STF que contesta modelo de Ouvidorias externas. A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de SP está pedindo ao Supremo que considere a ação improcedente. O que está em questão é a defesa de um modelo de democratização do sistema de justiça. Se conseguirmos que as pessoas reconheçam a importância dessa iniciativa e o seu caráter profundamente democrático, o modelo tenderá a se reproduzir em outras instâncias.

**PSI – Pode dar alguns exemplos de questões com as quais a Ouvidoria esteve envolvida recentemente?**

**Luciana Zaffalon** – Um caso recente envolveu o tratamento de transexuais e travestis pelo seu nome social. Há uma lei estadual e uma municipal permitindo o uso do nome social e que deveria ser cumprida pelos órgãos públicos. A Defensoria cobrava esse cumprimento de outras entidades, mas ela mesma não estava cumprindo. Além disso, a Ouvidoria tem se preocupado com questões mais estratégicas, que dizem respeito ao foco de atuação da instituição. Por exemplo, identificando as áreas nas quais a intervenção da Defensoria teria um potencial maior de transformação social.

**PSI – O que foi feito nesse sentido?**

**Luciana Zaffalon** – Foi realizado um mapeamento geográfico mostrando onde a Defensoria está ou não presente e que temas estão menos atendidos nas diferentes regiões. O mapa deixou clara, por exemplo, as grandes ausências que existem no que se refere ao sistema prisional e aos conflitos agrários. A partir disso, a instituição pode se decidir a dar mais ênfase neste ou naquele campo, respeitados os limites legais, como a necessidade de atuar na área da Criança e da Adolescência, que é prioridade constitucional.

**PSI – Como vê a participação dos psicólogos na Defensoria nesse modelo multiprofissional?**

**Fernanda Lavarello** – Penso, por princípio, que o olhar multiprofissional em qualquer situação de trabalho é mais rico. A presença de psicólogos e assistentes sociais na Defensoria Pública reflete a intenção do órgão de qualificar suas intervenções e seu atendimento ao público. São muitos os desafios dos psicólogos neste campo novo que está se abrindo. No primeiro momento, estruturar seu papel e encontrar seu lugar na instituição, construindo, na prática, as atribuições previamente definidas. Sem dúvida, colaborar com a compreensão das situações que chegam à Defensoria de forma mais ampla e global, enxergando a pessoa atendida em sua integralidade, certamente fará com que o acesso à justiça seja mais efetivo. Nas demandas coletivas que também chegam, os profissionais psicólogos estão desafiados a contribuir com o fortalecimento das resoluções, potencializando a organização dos grupos que buscam a Defensoria. Aprimorar o recebimento da demanda, oferecendo uma escuta mais qualificada, e melhorar a oferta de resoluções e encaminhamentos jurídicos e administrativos, penso que é o objetivo da presença dos psicólogos e assistentes sociais nesta instituição.

**PSI – Que desafios vê nessa nova interface da Psicologia com a Justiça?**

**Fernanda Lavarello** – Entendo que essa junção precisa ser potente. Que fortaleça a autonomia da população, garanta que efetivamente os direitos não sejam violados e, sobretudo, que não se judicialize todos os conflitos que chegam à Defensoria. O caminho da conciliação, nem sempre explorado, muitas vezes é mais efetivo do ponto de vista econômico, social e também emocional.

**PSI – E quanto à participação mais ampla dos psicólogos na instituição?**

**Luciana Zaffalon** – Eu espero que os psicólogos, e também os assistentes sociais, assumam um protagonismo na discussão dos diversos assuntos com os quais estejam envolvidos dentro da Defensoria. Para isso, contudo, penso que eles devem se empenhar cada vez mais na apropriação dos mecanismos jurídicos e em conhecer as deliberações existentes na instituição sobre a sua área. Isso é essencial para que possam tornar seu trabalho mais efetivo na linha das transformações sociais.

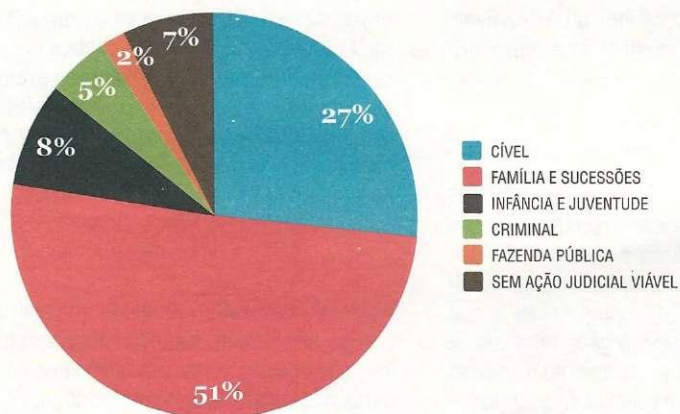


## O CAM EM NÚMEROS

PRINCIPAIS DEMANDAS PSICOSSOCIAIS



ENCAMINHAMENTOS AO CAM EM FUNÇÃO DA NATUREZA DAS AÇÕES



Davi Eduardo Depiné,  
Primeiro Subdefensor  
Público Geral do  
Estado: ênfase no  
caráter democrático da  
Defensoria.

serviço de assistência judiciária. A antiga entidade, contudo, estava longe de cumprir o que era esperado de uma defensoria como o que previa a Constituição. “Somente com o crescimento de pressões vindas da sociedade civil é que a Defensoria Pública foi finalmente instituída em São Paulo”, diz Depiné.

Esse fato resultou em peculiaridades na concepção e estruturação da instituição, que se destaca por um forte caráter democrático e inovador. Segundo Depiné, isso explica, por exemplo, a existência de Conferências Públicas, que acontecem a cada dois anos e definem parâmetros para orientar a atuação da Defensoria, ou, ainda, a criação de uma Ouvidoria externa, que contribui para uma aproximação entre a entidade e a sociedade. E também ajuda a entender como a Defensoria Pública acabou por incorporar uma estrutura composta por profissionais de diversas áreas, visando um atendimento integral à população.

“A percepção de que o atendimento jurídico, isolado, não seria capaz de dar conta dos problemas das pessoas que procurassem a Defensoria já estava colocada há longo tempo”, afirma Paulo Kohara. Prova disso, segundo ele, é que a Lei 988, que deu origem à Defensoria, já previa a criação do CAM. “Os centros só não foram implantados antes porque dependiam da criação dos cargos e da realização de concurso público para a contratação desses profissionais”, diz.

**ESTRUTURA** – A Defensoria conta com um total de 24 regionais, sendo 14 no interior e litoral; 6 na capital e 4 na região metropolitana (Mogi das Cruzes, Grande ABC, Osasco e Guarulhos). Em cada uma delas funciona um CAM. Algumas regionais contam com mais de uma unidade. A Regional de São Carlos, por exemplo, conta com uma unidade em São Carlos e outra em Araraquara. Nesses casos, o(a) psicólogo(a) e/ou o(a) assistente social atendem, em dias diversos, as duas unidades.

Dos 30 psicólogos(as) da Defensoria, 27 atuam nos CAMs: 14 na capital e região metropolitana e 13 no interior e litoral. Três ocupam funções específicas em dois núcle-



# uma experiência no CAM

*O psicólogo Luciano Bregalanti Gomes, 28 anos, atua na Regional Central da Defensoria Pública, localizada no bairro da Liberdade, na capital paulista. Na entrevista a seguir, ele fala sobre o seu trabalho no CAM e sobre as perspectivas de evolução no atendimento.*

os especializados (o de Direitos da Mulher e o de Pessoas Idosas e com Deficiência) e na assessoria técnica da Defensoria Pública-Geral. “A existência de um número menor de assistentes sociais em relação ao de psicólogos não permitiu a formação de duplas em todas as regionais, como seria desejável, mas sempre que possível esse foi o objetivo buscado”, afirma Kohara.

**ATENDIMENTO** – O CAM é acionado sempre que o(a) defensor(a) público(a) observa que a demanda apresentada excede a orientação jurídica. Tanto o(a) psicólogo(a) como o(a) assistente social podem formar um quadro mais amplo dessas necessidades e encontrar formas de resolver o problema. Em geral, as questões que chegam ao CAM envolvem conflitos familiares, necessidade de suporte psicológico, violência doméstica, dependência química, transtorno mental, guarda de crianças ou acesso a recursos e benefícios sócio-assistenciais. Os(as) agentes tanto podem agir diretamente nesses casos como encaminhá-los para outros serviços, como um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), mas sempre mantendo o acompanhamento da demanda.

Os(as) psicólogos(as) e os(as) assistentes sociais que trabalham no CAM também desenvolvem uma outra atividade importante que é a facilitação de acordos. A possibilidade de conversar com as pessoas e, utilizando seus conhecimentos específicos, buscar soluções negociadas, contribui para a resolução extra judicial de conflitos, que é uma das diretrizes adotadas pela Defensoria. Os(as) psicólogos(as) podem ainda ser solicitados(as) a elaborar pareceres técnicos em processos judiciais e são estimulados(as) a participar de eventos e palestras para a população visando a educação em direitos.

Na maioria das vezes o atendimento no CAM é feito em separado, pelo(a) psicólogo(a) ou pelo(a) assistente social. Isso não significa que não ocorram atendimentos conjuntos quando essa necessidade se apresenta ou que os(as) agentes não →

## PSI – Quais as principais demandas no seu trabalho?

**Luciano B. Gomes** – A conciliação é a principal demanda. Em geral envolve casos de família, passando por questões como pensão, guarda ou visita dos filhos. Há também aquilo que se convencionou chamar de atendimento psicossocial, que inclui desde situações de exclusão social até casos de transtorno mental. Outras atribuições, menos frequentes, mas também importantes, são a produção de laudos psicológicos para embasamento de ações, e a atuação como assistente técnico, quando fazemos o acompanhamento de avaliações psicológicas para fins judiciais.

## PSI – Que tipo de atendimento você realiza como psicólogo?

**Luciano** – O nosso propósito, aqui, não é fazer terapia, mas sim garantir um atendimento mais efetivo à pessoa que procura a Defensoria. Em casos mais graves, que envolvam transtorno mental, por exemplo, podemos entrar em contato com a rede de atenção para que a pessoa receba os cuidados necessários e fazemos o acompanhamento.

## PSI – Como é o trabalho de conciliação?

**Luciano** – Se há uma perspectiva de entendimento, nós procuramos facilitar a conversa entre as pessoas envolvidas. Se não há, o que é mais comum, a proposta é a de ouvir as pessoas, fazer uma leitura do que está em jogo, entender a dinâmica daquele conflito e avaliar a possibilidade de se chegar a um entendimento. A dificuldade maior, em geral, está associada ao ressentimento herdado do período de convivência quando se trata de casais. Uma das nossas preocupações nesses casos é com os filhos, que precisam ter seus direitos assegurados.

## PSI – Como é o trabalho com os outros(as) profissionais?

**Luciano** – Aqui na Regional Central há dois psicólogos e dois assistentes sociais no Centro de Atendimento Multidisciplinar. Esse fato permite que haja uma troca com relação a este ou aquele atendimento. Por exemplo, se na situação tal é o caso de encaminhar a pessoa para um CRAS. Não se pode fazer isso com todo mundo, às cegas. A assistente social tem condições de uma avaliação melhor. Ao mesmo tempo, há um processo de aprendizado. Habitação, por exemplo, é um problema recorrente aqui na Defensoria. Há até pouco tempo eu não sabia das diferenças entre aluguel social e parceria social, que são programas importantes para a política de habitação, e vim a aprender com as colegas. Conhecer esses aspectos melhora o encaminhamento das questões, assim como imagino que para as assistentes sociais seja rico poder entender os casos com as contribuições que trazemos da Psicologia.

## PSI – E o diálogo com os(as) defensores(as)?

**Luciano** – É menos frequente, mas está em construção. Primeiro porque é uma coisa nova. Assistentes sociais e psicólogos já conversam entre si há longo tempo. Com os operadores do Direito, essa proximidade não é tão grande. Ainda assim, isso tem acontecido bastante nas regionais da Defensoria. Um fato que contribuiu muito para isso foi uma mudança operacional feita pela Defensoria. O Plantão que cuida dos casos envolvendo Direito de Família foi descentralizado e os defensores passaram a ser vinculados às regionais. De um lado isso facilitou a vida das pessoas. Elas não precisam mais vir duas vezes ao centro da cidade, uma para fazer a triagem, outra para passar pelo plantão. De outro, o número de defensores aqui na Central diminuiu de aproximadamente dez para dois. Isso facilita bastante o contato porque cria referências, e ele tem acontecido em diversas ocasiões, o que enriquece o acompanhamento dos casos.

## PSI – Esse diálogo deve aumentar?

**Luciano** – Eu acredito que sim. Acho que é importante a Defensoria caminhar na direção de um atendimento mais integrado. Isso depende de como nós, agentes da defensoria, nos posicionamos e depende também dos próprios defensores. Sei de defensores, por exemplo, que tem pedido para participar de vários atendimentos no CAM. Acho que é um caminho. Na medida em que iniciativas desse tipo mostrem resultados, elas poderão ser expandidas.





## O CAM EM NÚMEROS

Os números a seguir mostram a atuação dos Centros de Atendimento Multidisciplinar entre agosto e dezembro de 2010.

**7.811**

CASOS ATENDIDOS

NÚMERO DE ATENDIMENTOS

**12.376**

(incluindo casos com mais de um atendimento)

ENCAMINHAMENTOS À REDE DE SERVIÇOS

**4.174**

CONCILIAÇÕES/MEDIAÇÕES

**2.102**

CONCILIAÇÕES/MEDIAÇÕES FRUTÍFERAS

**74%**

(descontadas as ausências) de ago/10 a dez/10

conversem entre si para encontrar melhores encaminhamentos. Essa discussão sobre as melhores abordagens inclui, por vezes, os(as) próprios(as) defensores(as). Esse cenário, contudo, ainda não é o padrão. Vale lembrar que hoje, em cada um dos CAMs, existe um(a) defensor(a) designado(a) para coordenar institucionalmente as atividades do CAM, sendo responsável pela interface entre defensores(as) públicos e agentes. A expectativa, contudo, é de que haja um avanço na integração do trabalho.

Paulo Kohara observa que a situação acima descrita se deve à implantação ainda

muito recente dos CAMs e ao seu pioneirismo. “Neste momento um de nossos maiores esforços é a construção de parâmetros de atuação capazes de assegurar uma identidade ao serviço em todo o estado”, diz. Nesse sentido, a Assessoria Técnica Psicossocial está acompanhando os números do setor (veja na reportagem os números e gráficos sobre o CAM) e avaliando, juntamente com a Escola da Defensoria Pública, a necessidade de cursos de aperfeiçoamento. “O envolvimento e a participação de todos os profissionais da Defensoria será fundamental para que esse objetivo seja alcançado”. ●

## PSICOLOGIA E DIREITO SÃO TEMAS DE DEBATE

O CAM promoveu, no dia 27 de agosto, Dia do(a) Psicólogo(a), debates em quatro cidades abordando o tema “Psicólogos na Defensoria Pública: olhares a Psicologia sobre o Direito”. Os eventos aconteceram nas unidades da Defensoria em Araraquara, Ribeirão Preto, São Paulo e Taubaté. Em cada um deles foi apresentado o funcionamento do CAM, seguido de uma palestra com especialistas convidados. Em Araraquara, a psicóloga Gabriela Reyes falou sobre a violência contra a mulher e o Sistema Judiciário. Em Ribeirão Preto, a psicóloga Marina Rezende Bazon abordou as demandas do Direito à Psicologia na área da Infância e da Adolescência. Em Taubaté, a psicanalista Mara Caffé discutiu sobre o encontro entre a Psicanálise e o Direito nas práticas judiciais. Em São Paulo, duas apresentações: a do psicanalista Paulo Endo, que abordou o tema “Limites do Direito, confins do Homem” e a da psicóloga Maria Cristina Gonçalves Vicentin, que falou em “Intercorrências Psicologia e Justiça: por uma ação ético-política”.

Apresentações promovidas pela Defensoria, no Dia do(a) Psicólogo(a), nas cidades de Araraquara, Taubaté e Ribeirão Preto, atraíram grande número de participantes.





# tempo de atendimento

Psicólogos(as) e usuários(as) têm entrado em contato com o CRP SP apresentando dúvidas sobre qual é o tempo determinado para a duração de uma sessão psicológica.

Essa questão surge no contexto dos atendimentos psicológicos realizados em instituições públicas, serviços suplementares de saúde e consultórios particulares, onde há uma solicitação para que o(a) psicólogo(a) realize um determinado volume de atendimentos por dia ou por valores considerados baixos.

Em alguns casos os(as) profissionais alegam que o tempo das sessões precisa ser reduzido para conseguir atender a demanda do serviço. Outros(as) justificam a redução pelos baixos honorários pagos. Alguns(mas) explicam a redução do tempo do atendimento por realizarem a modalidade de psicoterapia breve.

Esses são alguns dos equívocos que chegam até a Comissão de Orientação do CRP SP.

Podemos nos perguntar então: o que de fato referencia o estabelecimento do tempo de uma sessão psicológica? Qual a responsabilidade do(a) psicólogo(a) nessas situações?

A resposta pode ser baseada na Resolução do CFP 010/2000 que especifica e qualifica a psicoterapia como prática do(a) psicólogo(a) e que foi construída com a perspectiva de orientá-los(as) no exercício de sua profissão, atendendo principalmente aos princípios e procedimentos que qualificam essa prática.

Essa Resolução e a Regulamentação do Sistema Conselhos não definem especificamente o tempo de duração do atendimento e, mesmo considerando as diferentes abordagens adotadas na prática psicoterapêutica, isto não dá em absoluto aos profissionais ou às instituições o direito de decidir por esse aspecto indiscriminadamente.

A Resolução destaca no art. 2º, inciso I, a busca do(a) psicólogo(a) por constante aprimoramento profissional que lhe forneça formação segura quanto aos conceitos, teorias, técnicas e ética da Psicologia como ciência e profissão.

Desse modo é fundamental que, na prática profissional, o(a) psicólogo(a) tenha clareza dos limites relacionados às técnicas e à teoria adotada, garantindo a qualidade dos serviços prestados.

O Conselho orienta que quando o(a) psicólogo(a) recebe da instituição onde trabalha a exigência de realizar uma demanda grande de atendimentos num tempo reduzido, que ele(a) argumente sobre os princípios que regem a profissão de psicólogo(a), bus-

cando propor outras intervenções que não interfiram na qualidade do serviço prestados e atendam a demanda proposta, como por exemplo atendimentos em grupo, respeitando os limites teóricos e técnicos dessa especificidade de atendimento.

Alertamos também que o(a) psicólogo(a) não deve definir o tempo de uma sessão orientado pelo valor recebido, relacionando os valores baixos ao tempo reduzido da sessão.

Conforme dispõe o Código de Ética no artigo 4º alínea "c":

Art. 4º - Ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo:

Assegurará a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

Assim, a redução do tempo de atendimento pelo pagamento de honorários considerados baixos não poderá ser uma justificativa do(a) psicólogo(a) em seu trabalho, sob risco de infringir o Código de Ética.

Outro aspecto não aceito na redução do tempo de atendimento diz respeito à indicação de tratar-se de uma psicoterapia breve, já que como técnica a Psicoterapia Breve não propõe a redução do tempo das sessões, mas sim a quantidade das mesmas, o que pode implicar, mais uma vez, na qualidade do serviço prestado e infração ao Código de Ética.

Conforme já destacado, o constante aprimoramento do(a) profissional o(a) habilita à concepções corretas das técnicas e dos serviços que oferece à população, dando total entendimento aos(as) usuários(as) que recorrem aos seus serviços sobre os aspectos que envolvem seu atendimento, além de garantir a prestação de serviços com qualidade, conforme dispõe o Código de Ética:

Art. 1º - São deveres fundamentais dos psicólogos:

Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;

Ainda assim, se você psicólogo(a) tiver dúvidas sobre esse e outros assuntos, relativos à sua prática profissional, não deixe de nos procurar. A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo está sempre aberta para atendê-lo(a). Não se arrisque, na dúvida entre em contato.



## em defesa da população

O fenômeno da medicalização é objeto de preocupação crescente em diversos países da América Latina e profissionais de diversas áreas se articulam para debater o tema e propor políticas capazes de preservar as populações. Esse é o objetivo do II Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos", que acontece de 11 a 14 de novembro, no Campus Paraíso, da UNIP, em São Paulo (Rua Vergueiro, 1211).

"O II Seminário acontece depois de uma importante aproximação com o Forumadd, da Argentina, que também se dedica à questão da medicalização", afirma a coordenadora da comissão científica do evento, Marilene Proença. "Diversos representantes daquela entidade, como Beatriz Janin, Gisela Untoiglich e Leon Benasayag, entre outros, estarão participando de simpósios e conferências". Ela também destaca as presenças de representantes de outros países latino-americanos e dos Estados Unidos, como Celia Iriart, da University of New Mexico, que abrirá a conferência abordando o tema "A Criação do Consumidor e a Biomedicalização da Infância". "Outra presença de destaque será a do ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, hoje na Fundação Oswaldo Cruz, que abordará o tema "Saúde Pública e Medicalização", diz.

No âmbito político, o II Seminário também deve ser marcado pelo lançamento de uma frente parlamentar, reunindo deputados e vereadores afinados com o combate às distorções provocadas pela medicalização e que prejudicam as populações.

Mais informações podem ser obtidas no site [www.crpssp.org.br/medicalizacao](http://www.crpssp.org.br/medicalizacao).



# um show de ati

Música, poesia, fotografia e uma ampla variedade de manifestações artísticas marcaram as comemorações do Dia do(a) Psicólogo(a) deste ano em todo o estado de São Paulo. Sob o mote Gente Como a Gente: de Cabeça Aberta, as atividades reforçaram o compromisso da Psicologia brasileira com a dignidade humana e em oposição a processos de socialização que conduzem à padronização de comportamentos e à uniformização da subjetividade. Veja, a seguir, um breve relato dos eventos promovidos pela sede e subedes do CRP SP.

## Sede

Na capital, um sarau foi realizado na sede metropolitana do CRP SP, durante a noite de sexta-feira, dia 26 de agosto. Perto de 150 pessoas passaram pelo local e tiveram a oportunidade de acompanhar as apresentações de músicas, fotos, encenações e exposições de trabalhos de psicólogos(as). No encontro também foi lançado o fichário contendo todas as resoluções e notas técnicas vigentes, além do Código de Ética (*veja nota no mural*).

## Vale do Paraíba e Litoral Norte

Um encontro no Parque Estadual Serra do Mar – Horto Florestal, em Caraguatatuba, reuniu psicólogos(as) para conversar e ouvir as interpretações ao piano do convidado Gerardo. Também foram realizados eventos nas cidades de Lorena, Taubaté e São José dos Campos. Nelas, o Grupo Colcha de Retalhos apresentou músicas brasileiras e poemas, acolhendo as manifestações artísticas dos psicólogos e psicologas presentes.

## S. J. do Rio Preto

As comemorações foram realizadas nos dias 24 e 25 de agosto. No dia 24, aconteceu a Mostra da Diversidade Cultural, que contou com a apresentação de trabalhos de 19 psicólogos(as) e teve repercussão na mídia local. Em Fernandópolis, a data foi marcada com a realização da Oficina de Sensibilização – Cidadania e Enfrentamento à Homofobia – com a participação do psicólogo Marcio de Oliveira. No dia 25, aconteceu a cerimônia de inauguração do auditório da subsede de São José do Rio Preto com uma apresentação de teclado e violino.

## Ribeirão Preto

Dois eventos foram realizados na região para marcar o Dia do(a) Psicólogo(a). Em São Carlos aconteceu o Movimenta São Carlos, conjunto de caminhada, atividade física e *shows* realizados na Praça do Mercado. Em Ribeirão Preto, um evento comemorativo foi organizado em parceria com o Pontão de Cultura Sibipiruna e aconteceu no Teatro de Arena da cidade, com a participação de diversos grupos culturais.

## Sorocaba

A subsede do CRP realizou uma série de eventos em comemoração ao Dia do(a) Psicólogo(a), nos municípios de Sorocaba, Piedade e Itapetininga. No dia 25 de agosto, a conselheira do CRP SP Rosana Mangini prestou homenagem aos psicólogos(as) de Sorocaba e região na Tribuna da Câmara Municipal de Sorocaba. No mesmo dia, em Itapetininga, ocorreu a apresentação do coral do CAPS AD daquela cidade. No dia 26, foi realizada ação social com a distribuição de cartilhas da série Comunicação Popular “Bem Querer é o Melhor Remédio” e a roda de conversa: “Valorização Profissional: a(o) Psicóloga(o), a Psicologia e a Sociedade em Debate” com a presença da presidenta do CRP/SP, Carla Biancha Angelucci e do Presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Rogerio Giannini. No dia 27 foi promovida a roda de conversa: “A Importância da União dos(as) Psicólogos(as)”.

## Assis

Em Assis, Presidente Prudente e Marília aconteceram diversos saraus. Em Assis, compareceram com suas produções Aline Gonçalves (fotografia), Marcia Genesini Teixeira Góes (pintura em tela), Wender Urias (encenação de trecho da peça *Cumpadi Morte*). Em Presidente Prudente, os presentes puderam apreciar a boa música tocada e interpretada por Diego Guita e as colagens eletrônicas, projetadas nas paredes por Marcio Aloisio. Em Marília, além da exposição de trabalhos, ganharam destaque as apresentações sobre o pensador Rubem Alves.

## ABC

Na manhã do dia 27, na subsede do ABC, 60 pessoas acompanharam a apresentação do músico e psicólogo Marcos Mamuth e do grupo Operação Hospalhão. No dia 29, evento realizado no Teatro Municipal de Santo André reuniu cerca de 100 pessoas para um bate-papo com os psicólogos Tolentino Rosa e Maria Chippari. Na terça, 30 de agosto, aconteceu solenidade na Câmara Municipal de Santo André, para marcar a instituição do Dia do(a) Psicólogo(a) naquela casa. A subsede do Grande ABC compôs a mesa e foi homenageada, juntamente com reitores e representantes das faculdades dos cursos de Psicologia da região.



# ações

## Bauru

Um sarau artístico, com a presença de estudantes e profissionais da região, foi realizado no dia 26, na subsede de Bauru. O evento também serviu para marcar a reinauguração da subsede. Já no dia 2 de setembro, aconteceu a apresentação de "Música em Cena e Vivência Psicodramática", que abordou as possibilidades, técnicas e a interface do psicodrama com a prática do psicólogo. Exibições de filmes acompanhadas de debates também marcaram as comemorações do Dia do(a) Psicólogo(a) em duas outras cidades da região. No dia 22, em Araçatuba, foi apresentado o filme *Linha de Passe*, seguido de debate com José Geraldo Rodrigues, ator do filme e que tem formação em psicologia. No dia 25, em Botucatu, foi a vez do documentário *Nem Gravata Nem Honra*, focando a discussão histórica do conceito de gênero.

## Campinas

A subsede de Campinas Comemorou o Dia do(a) Psicólogo(a) realizando saraus em Piracicaba e Campinas. Neles, psicólogos(as) compartilharam seus talentos artísticos por meio de performances teatrais, apresentações musicais e exposição de poesias e fotografias. Ao todo, mais de 150 pessoas participaram dos dois eventos, marcados pela descontração e pela espontaneidade.

## Santos

A mesa redonda "Memória da Psicologia: Desafios de Ontem e de Hoje", com as presenças das psicólogas Carla Bertuol e Odette de Godoy Pinheiro, foi destaque nas comemorações realizadas na subsede de Santos. No dia 27 foi também organizada uma tarde cultural com a exposição do acervo da memória da subsede e de trabalhos da pintora e psicóloga Nilce Helena Passos. Houve ainda apresentações musicais, como a do músico e psicólogo Luiz Canello.

Em diversas cidades de São Paulo, manifestações e eventos marcaram o Dia do(a) Psicólogo(a) neste ano. Ao lado, eventos realizados nas cidades de Assis, Marília, Ribeirão Preto, São Carlos, Santos e São Paulo.

FOTOS: DIVULGAÇÃO



FOTO: MARIO MOREO





## O LIVRO NEGRO DA PSICOPATOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Alfredo Jerusalinsky e Sílvia Fendrik (orgs.), São Paulo, Via Lettera, 2011, 284 ps.

Nove autores brasileiros, nove argentinos, um mexicano e um francês expressam suas experiências em relação às categorias psiquiátricas que têm se tornado populares nos últimos anos. Medicina, Psicologia, Psiquiatria, Psicanálise, Neurologia, Neurobiologia, Epistemologia, pesquisas em Neurociências e em Psicopatologia são as especialidades desses autores que, num trabalho multidisciplinar, avaliam e analisam as consequências, individuais e coletivas, subjetivas e sociais, científicas e ideológicas desses comportamentos. Entre os profissionais brasileiros estão Maria Rita Kehl, Ricardo Goldenberg, Nilson Sibemberg e Ana Costa.

PREÇO: R\$75,00 | TELEFONE: (11) 3862-0760 | INTERNET: <http://vialettera.com.br>

## ARTETERAPIA COM GRUPOS: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

Maira Bonafé Sei e Tatiana Fecchio Gonçalves, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011, 172 ps.

Atualmente, a atuação do arte terapeuta não se restringe apenas a acompanhar um único sujeito, mas se dá de forma crescente no acompanhamento das formas e tipos de grupos mais variados. Nos grupos, as questões do processo arte terapêutico se misturam a dinâmicas específicas e o ateliê adquire novas características, bem como novos elementos potenciais de trabalho.

PREÇO: R\$ 33,00 | TELEFONE: (11) 3034-3600 | INTERNET: [www.casadopsicologo.net](http://www.casadopsicologo.net)

## HIPERATIVIDADE, HIGIENE MENTAL, PSICOTRÓPICOS: ENIGMAS DA CAIXA DE PANDORA

Maria Lúcia Boarini e Roselania Francisconi Borges, Paraná, Universidade Estadual de Maringá, 2009, 160ps.

Assunto recorrente nos dias atuais, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) ocupa inúmeros espaços de discussão. Porém, as autoras da publicação mostram que ainda há muito a falar sobre esse assunto. Seus argumentos e dados mostram uma visão ampliada e complexa do tema, explorando suas conexões com a medicalização e o higienismo da subjetividade e alertam para o perigo de ser ter um único ponto de vista sobre o TDAH.

PREÇO: a definir | TELEFONE: (44) 3261-4103 | INTERNET: [www.eduem.uem.br](http://www.eduem.uem.br)

## NADA SOBRE NÓS SEM NÓS: VIDA INDEPENDENTE, MILITÂNCIA E DEFICIÊNCIA

Mariana Prioli Cordeiro, São Paulo, AnnaBlume, 2011, 126 ps.

A publicação mapeia os sentidos da vida praticados por militantes de um movimento de pessoas com deficiência: o Movimento de Vida Independente (MVI). Ao longo dos capítulos, a autora busca apresentar ao leitor o MVI. Inicialmente situa a história desse grupo dentro da história dos movimentos brasileiros pelos direitos das pessoas com deficiência. O livro apresenta também repertórios sobre independência, autonomia, empoderamento, autodeterminação e participação. Sentimentos que circulam nos discursos dos militantes do MVI e como esses repertórios criam práticas.

PREÇO: R\$ 20,25 | TELEFONE: (11) 3812-6764 | INTERNET: [www.annablume.com.br](http://www.annablume.com.br)

## TRABALHO E DESGASTE MENTAL: O DIREITO DE SER DONO DE SI MESMO

Edith Seligmann-Silva, São Paulo, Cortez, 2010, 624 ps.

O livro apresenta uma notável revisão bibliográfica no campo da saúde mental relacionada ao Trabalho (SMRT). Percorre as ciências sociais e as ciências da saúde, explicitando suas convergências e contribuições para esse campo multidisciplinar. A publicação evidencia os processos de desgaste, sofrimento e adoecimento dos(as) trabalhadores(as) no mundo contemporâneo marcado pela precarização social, mostrando a necessidade de uma clínica contextualizada.

PREÇO: R\$ 53,10 | TELEFONE: (11) 3611-9616 | INTERNET: [www.lojacobortezeditora.com.br](http://www.lojacobortezeditora.com.br)

## BULLYING: RAZÃO INSTRUMENTAL E PRECONCEITO

Deborah Christina Antunes, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010, 244 ps.

Com uma análise apurada do conceito e a observação de seus fenômenos, a autora pretende revelar o caráter descritivo do termo, assim como pensar, sob uma perspectiva crítica, os determinantes dessa violência a partir da ideia de preconceito.

PREÇO: R\$ 45,00 | TELEFONE: (11) 3034-3600 | INTERNET: [www.casadopsicologo.net](http://www.casadopsicologo.net)

A seção ESTANTE é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi).  
Informações: [www.bvs-psi.org.br](http://www.bvs-psi.org.br)





# inspeção nacional em comunidades terapêuticas

O Sistema Conselhos de Psicologia realizou em 28 de Setembro de 2011, a 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos em locais de internação para usuários de álcool e drogas. Sob a coordenação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a ação aconteceu simultaneamente em 22 estados brasileiros, alcançando a marca de 67 instituições inspecionadas. No estado de São Paulo, o CRP contou com a parceria do Condape (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) e da Defensoria Pública.

A ação nacional teve como objetivo levantar a situação do atendi-

dimento às pessoas que apresentam problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, para identificar os abusos, maus tratos e violações aos direitos humanos. A preocupação é que estes não se tornem espaço de segregação, como os manicômios. Em uma das clínicas inspecionadas foram encontrados indícios de maus tratos e irregularidades. Os resultados nacionais serão apresentados com o relatório final da inspeção, previsto para serem publicados durante o VII Seminário Nacional Psicologia e Direitos Humanos, que acontece nos dias 17 e 18 de novembro de 2011.

## O CREPOP inicia pesquisa sobre Política Nacional do Idoso

O CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) iniciou em agosto a pesquisa sobre a atuação dos(as) psicólogos(as) na Política Nacional do Idoso. A investigação é composta por duas etapas: pesquisa *online* e pesquisa qualitativa nas subseções do CRP. Nessa primeira etapa, o objetivo é reunir o máximo de informações sobre a prática de profissionais que já atuam nesse campo. Se esse é o seu caso, participe da primeira etapa do ciclo de pesquisa, que ficará disponível até 18 de novembro de 2011. Acesse: <http://crepop.pol.org.br>

## Inscrições para a II Mostra de Práticas Inovadoras em Psicologia são prorrogadas

As inscrições para a II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia Prêmio Madre Cristina foram prorrogadas até o dia 11 de novembro. Promovido pelo CRP SP, o evento acontece nos dias 2 e 3 de dezembro, na capital paulista. A Mostra tem como objetivo apresentar os avanços e as múltiplas possibilidades da Psicologia, divulgar e premiar novas práticas desenvolvidas pelos(as) profissionais do estado de São Paulo no campo da intersectorialidade, atuando na defesa e na promoção dos direitos humanos. Por isso, o prêmio Madre Cristina se constitui como um reconhecimento do mérito dos(as) psicólogos(as) envolvidos(as) em práticas transformadoras na área. Participe! Compartilhe sua experiência e mostre seu trabalho. Ações inovadoras são, também, inspiradoras, não somente para seus autores(as) e beneficiados(as), mas também para quem toma conhecimento delas.

As inscrições podem ser feitas no nosso *site*: <http://www.crsp.org.br/mostra/>

## CRP SP nas Redes Sociais e vídeos no *site*

O CRP SP tem novos canais de informação com os(as) psicólogos(as) e toda a sociedade: o Twitter e o Facebook. Nas redes sociais será possível, a partir de agora, se informar sobre os eventos e ações do CRP SP, além de opinar sobre temas com os(as) demais internautas. Siga-nos no twitter @crp\_sp e curta a nossa página no Facebook.

O *site* do CRP SP também está com novos vídeos, que podem ser vistos e baixados. São eles a roda de conversa sobre a resolução do CFP que regulamenta a atuação do(a) psicólogo(a) no âmbito do sistema prisional; o seminário SUAS no estado de São Paulo e as contribuições da Psicologia; e o seminário Psicologia *Online* São Paulo 2011: Discutindo as Dimensões do Atendimento Psicológico a Distância.

## Subsede metropolitana

A subsede metropolitana do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo entrou em plena operação no final de outubro. Localizada na Rua Oscar Freire, nº 1.800, a unidade passa a abrigar as atividades-meio do CRP SP, tais como Financeiro, Recursos Humanos, Contabilidade e Jurídico, assim como o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Elas vão se juntar ao Centro de Documentação (CEDOC), que já ocupava uma das salas da subsede desde setembro do ano passado. Com a mudança, a sede da rua Arruda Alvim passa a dispor de mais espaço para as atividades das comissões e condições para melhorar o atendimento aos(as) psicólogos(as).

## Certificação em Acupuntura

Em 2007 o Conselho Federal de Psicologia firmou um acordo de cooperação técnica e científica com a Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (Sobrapa) para a emissão de Certificação de Especialização de psicólogos(as) em acupuntura. De acordo com o presidente da entidade, Delvo Ferraz da Silva, a certificação, ainda que não obrigatória, vem sendo buscada por profissionais, seja pelo reconhecimento por ela proporcionado, seja para cumprir requisitos da Vigilância Sanitária. A requisição da certificação está prevista para ser feita tanto na sede da SOBRAPA, como pelo *site* da entidade ([www.sobrapa.org.br](http://www.sobrapa.org.br)).



## Entrega dos Fichários

Como parte das comemorações do Dia do(a) Psicólogo(a), o CRP SP está enviando para cada profissional um fichário contendo todas as resoluções, notas técnicas vigentes, legislação relacionada à Psicologia e o código de ética da profissão. O material será de grande utilidade para os(as) profissionais da área.

Até o fechamento dessa edição já haviam sido postados 51 mil fichários de um montante de 72 mil. A greve dos correios, porém, pode atrasar a entrega do material para os profissionais. O CRP SP pede a compreensão dos(as) profissionais da Psicologia.

## Videoclube foca envelhecimento

Em 2011, o Videoclube do CRP SP trabalha a temática da longevidade e do envelhecimento. As apresentações acontecem no auditório da entidade e são antecedidas por debates. No dia 18 de novembro será exibido *Dois Irmãos* (Argentina, 2010, dir. Daniel Burman). Os debates serão realizados por Monica Sanches Yassuda, coordenadora do Bacharelado em Gerontologia EACH USP Leste e Ana Cristina Brêtas, enfermeira e professora da Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo. Reservas devem ser feitas pelo site [www.crpsp.org.br/videoclube/inscricoes.aspx](http://www.crpsp.org.br/videoclube/inscricoes.aspx)

## CFP apoia Manifesto a favor da despatologização das identidades trans

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) manifestou seu apoio ao Manifesto a favor da despatologização das identidades trans, elaborado pelo CRP SP. Entre outros pontos, o documento defende a retirada do "transtorno de identidade de gênero" dos manuais internacionais de diagnóstico; e que o direito à mudança de nome e sexo nos documentos de identificação não seja condicionado a um tratamento obrigatório ou diagnóstico. Em 1999, o CFP publicou a Resolução CFP 01/99, que normatiza a atuação dos(as) profissionais de Psicologia em relação à questão da orientação sexual, considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão.

A CRP SP também apoia a Campanha Internacional Stop Trans Pathologization-2012. Saiba mais sobre essa campanha: [www.stp2012.info](http://www.stp2012.info)

Acesse também a íntegra do Manifesto no site do CRP SP:

[http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho\\_ver.aspx?id=365](http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=365)

## Seguem articulações para o Ano Temático da Avaliação Psicológica

Os debates regionais sobre o Ano Temático da Avaliação Psicológica seguiram a pleno vapor em outubro. São atividades preparatórias com o objetivo de mapear as necessidades para qualificação e compreensão da Avaliação Psicológica como processo, além de discutir a adequação das práticas aos parâmetros éticos da profissão e aos contextos, com ênfase nos aspectos relacionados aos direitos humanos. Os resultados dessas discussões serão agregados e rediscutidos em um Seminário Nacional, previsto para março de 2012.

As etapas regionais de elaboração vão até novembro. Para facilitar seu acompanhamento e divulgar textos de subsídio para as atividades regionais, o CFP criou o blog <http://anotematico.cfp.org.br>. Acesse e se mantenha-se informado(a)!



**participe do JORNAL PSI**

acesse a página do jornal no site e envie sua sugestão de reportagem



## Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento 2012

Inscrições a partir de 16/11/2011

Cursos nas áreas de:

Adolescência, Arte Terapia, Cinesiologia, Eutonia, Família, Formação em Psicanálise, Gerontologia, Gestalt Terapia, Jung, Laban - Arte do Movimento, Orientação Profissional, Psicanálise, Psicanálise da Criança, Psicodinâmica, Psicodrama, Psicologia Jurídica, Psicologia Social das Organizações, Psicopatologia, Psicopedagogia, Psicossomática, Psicoterapia Breve, Psicoterapia Psicanalítica de Casal, Relação Pais Bebê, Winnicott e Violência Doméstica.

Destinado a:

Psicólogos, pedagogos, médicos, psiquiatras, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, professores e outros profissionais.

Informações para Inscrições - Instituto Sedes Sapientiae  
Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes - 05015-900 - SP/SP  
Tel: (11) 3866-2730 - [www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br) / [sedes@sedes.org.br](mailto:sedes@sedes.org.br)

# PRÁXIS

APRIMORAMENTO  
EM CLÍNICA  
INSTITUCIONAL

Desenvolvimento Profissional para  
Graduadas em Psicologia, Medicina ou  
Serviço Social sob responsabilidade  
da Clínica Psicológica do Instituto  
Sedes Sapientiae

Informações: [www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br)






**Mestrado e Doutorado em Psicologia**

**Inscrições Abertas**

O único programa *Stricto Sensu* no país com **qualidade internacional** na área de concentração em Avaliação Psicológica.

[www.usf.edu.br/stricto/psicologia](http://www.usf.edu.br/stricto/psicologia)



Fique por dentro do que acontece no crp sp

[www.crpssp.org.br](http://www.crpssp.org.br)

**CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE**  
\*Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

**COORDENAÇÃO:** ERNESTO RAUL DUVIDOVICH (CRP06/7745) E WALKIRIA DEL PICCHIA ZANONI (CRP06/5039)

**INÍCIO:** 27/03/12 OU 04/04/12 • **DURAÇÃO:** 3 ANOS • **HORÁRIOS:** 3ª FEIRA, 19H30 ÀS 22H30 OU 4ª FEIRA: 9H ÀS 12H OU 18H ÀS 21H.

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou **acesse** [www.centropsicanalise.com.br](http://www.centropsicanalise.com.br) [cep@centropsicanalise.com.br](mailto:cep@centropsicanalise.com.br)

**CEP**  
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS  
ano 2012

INSCRIÇÕES ABERTAS

**Curso Livre:**  
**PSICOLOGIA CLÍNICA NO TRÂNSITO:**  
Introdução ao tratamento para medo de dirigir

**Objetivo:** Habilitar o profissional para o acompanhamento de pessoas com fobia, trauma e insegurança de trânsito, nos ambientes de consultório e extra-consultório (trânsito).

**Público Alvo:** psicólogos, estudantes de psicologia (a partir do quarto ano de graduação)

**Carga Horária:** 30 hs

**Autonomia**  
psicologia clínica  
CRP 06/32153

**CEVAT**

11 2307-9535 / 2307-9537  
Rua Monte Serrat, 89 - Sala 3 - 1º andar  
Tatuapé, São Paulo-SP  
[www.autonomianotransito.com.br](http://www.autonomianotransito.com.br)

**Interdisciplinaridade em NEUROPSICOLOGIA**  
do desenvolvimento e suas interfaces

**CURSO DE EXTENSÃO MAR - DEZ/2012**  
1 SÁBADO POR MÊS

**Taxa de inscrição:** R\$ 300,00  
**Valor mensal:** R\$ 480,00  
**Local:** Green Place Flat - São Paulo

- Bases funcionais do neurodesenvolvimento
- Funções neuropsicológicas
- Transtornos do neurodesenvolvimento
- Interdisciplinaridade no neurodesenvolvimento

**Receba gratuitamente:**  
Neuropsicologia do desenvolvimento e suas interfaces - Volumes 1 e 2

**Informações:** [www.neuroclin.com.br/cursos](http://www.neuroclin.com.br/cursos) 11 5573-0288




**PÓS METODISTA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE (STRICTO SENSU)**

Com o objetivo de formar profissionais, pesquisadores e docentes utilizando os conhecimentos da psicologia que visam contribuir para a promoção da saúde e tratamento das doenças. As dimensões grupais, institucionais e organizacionais são contempladas nas pesquisas que focalizam saúde, trabalho, processos cognitivos e instrumentos de avaliação e medidas.

- Mestrado pioneiro em Psicologia da Saúde
- Recomendado pelo CAPES
- Promove o Intercâmbio Internacional.

Inscrições: 03/10 à 11/11/11  
Prova: 23/11/2011 - 09h00 às 18h00  
Informações: [secretariapos@metodista.br](mailto:secretariapos@metodista.br)

**INSCREVA-SE**  
[metodista.br/stricto](http://metodista.br/stricto)  
(edital completo no site)

**Universidade Metodista de São Paulo**  
CONECTADA À REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO

**INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA**

**Informações e Inscrições**  
[www.itcbr.com](http://www.itcbr.com)

**Curso Intensivo de Introdução à Terapia Cognitiva - 24 horas**  
25 a 27/Novembro/2011

**Duração:** 25 a 27 de Novembro (Sexta a Domingo), de 08:30 às 17:30 horas.

**Destinado a:** Profissionais, estudantes e residentes de Saúde, Saúde Mental e áreas afins.

Introdução à TC, como um sistema integrado de psicoterapia, apresentando o modelo cognitivo de personalidade e de psicopatologia, e sua aplicação no tratamento e prevenção de transtornos emocionais.

**Curso de Especialização em Terapia Cognitiva - 504 horas**  
Início: 09/Março/2012

**Duração:** de 9 de março de 2012 a 15 de fevereiro de 2014.

**Encontros:** 24 encontros, um ao mês, uma sexta e um sábado consecutivos.

**Destinado a:** Psicólogos e Psiquiatras.

Especialização em TC, um sistema integrado de psicoterapia cientificamente fundamentado, a fim de habilitar profissionais a utilizar a TC em sua prática clínica.

**Workshop "Introdução à TC" e "TC Aplicada à Pacientes Graves"**  
09 e 10/Março/2012

**Prof. Dr. Jesse Wright MD, PhD Psiquiatria - EUA**

Diretor do Depto de Psiquiatria e Ciências do Comportamento da Escola de Medicina da Univ. de Louisville, Kentucky. Presidente Fundador da Academia de Terapia Cognitiva. Autor de inúmeras publicações e *expert* internacionalmente reconhecido em Psicoterapia Cognitivo-Comportamental por Computador e Tratamento Cognitivo-Comportamental de Pacientes Graves.

**ITC-SP: Av. Fagundes Filho, 145 - Conj. 131/132 - 04304-010 São Paulo, SP. |11| 4083.2555. E-mail: [contato@itcbr.com](mailto:contato@itcbr.com).**





Conselho Regional  
de Psicologia SP

